

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Programa de Pós-graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e
Sociedade (CPDA)



**Relatório com as principais notícias divulgadas pela mídia relacionadas com a
agricultura**
Área Temática: Desenvolvimento Territorial e Sustentabilidade
Período de Análise: janeiro de 2010.

Mídias analisadas:

Jornal Valor Econômico
Jornal Folha de São Paulo
Jornal O Globo
Jornal Estado de São Paulo
Sítio eletrônico do MDS
Sítio eletrônico do MDA
Sítio Eletrônico do MMA
Sítio eletrônico do INCRA
Sítio eletrônico da CONAB
Sítio eletrônico do MAPA
Sítio eletrônico da Agência Carta Maior
Sítio Eletrônico da Fetraf
Sítio Eletrônico da MST
Sítio Eletrônico da Contag
Sítio Eletrônico da Abag
Sítio Eletrônico da CNA
Sítio Eletrônico da CPT
Revista Globo Rural
Revista Isto é Dinheiro Rural

Índice

Copenhague, as decepções e o direito – Calixto Salomão Filho – Folha de São Paulo – Tendências e Debates – 03/01/2010	3
Os próximos passos, depois de Copenhague – Sítio Eletrônico da CAN – 04/01/2010	4
O Brasil não pode tornar refém de ambientalista – Sítio Eletrônico da CNA – 04/01/2010.....	7
O fim de uma falsa ilusão – Luiz Felipe D’Avila – O Globo – Opinião – 08/01/2010 .	9
Avatar Ambiental – Xico Graziano – Estado de São Paulo – Espaço aberto – 12/01/2010.....	11
Brasil terá segunda desapropriação por danos ambientais – Sítio eletrônico do MST – 12/01/2010.....	13
Ruralistas e ambientalistas ainda discutem código florestal – Sítio Eletrônico da CNA – 15/01/2010	14
Cientistas criam técnica barata para tirar CO2 do ar – Ricardo Miotto – Folha de São Paulo – Ciência – 15/01/2010.....	15
Energia nuclear não é o melhor para o Brasil – Giuliana Miranda – Folha de São Paulo – Ciência – 16/01/2010.....	16
ENTREVISTA: "O impacto ambiental não é contabilizado" – Sítio eletrônico da CNA – 18/01/2010	18
A floresta como alternativa de renda à pequena propriedade – Sítio Eletrônico da CAN – 18/01/2010	20
Proteção ambiental – Sítio eletrônico da CNA 20/01/2010.....	22
O nó da biodiversidade – Catarina Alencastro – O Globo – Ciência – 20/01/2009 ..	23
ONU quer fragmentar debate sobre clima – Luciana Coelho – Folha de São Paulo – Ciência – 21/01/2010.....	25
ONU tenta ressuscitar acordo do clima - Deborah Berlinck – O Globo – 21/01/2010	27
Painel do clima continua confiável, dizem especialistas – Estado de São Paulo – Vida & - 22/01/2010	27
Agropecuária de MT eleva emissão de gases em 30% - Rodrigo Vargas – Folha de São Paulo – Ciência – 23/01/2010.....	29
Emergentes prometem ajuda climática – Rafael Garcia – Folha de São Paulo – Ciência – 25/01/2010.....	29
Stephanes diz que Código Florestal é desafio – Sítio Eletrônico da CNA – 26/01/2010	31
O Brasil e a Conferência de Copenhague – Rubens Barbosa – Estado de São Paulo – Espaço Aberto – 26/01/2010	31
De Copenhague ao México – Folha de São Paulo – Opinião – Editorial – 26/01/2010	33
Amazônia só tolera mais 3% de desmate – Giuliana Miranda – Folha de São Paulo – Ciência – 29/01/2010.....	33
Brasil cai de 34º para 62º em ranking ambiental americano – Janaína Lage – Folha de São Paulo – Ciência – 29/01/2010.....	34

OS RESULTADOS decepcionantes da conferência de Copenhague ensinam algumas lições amargas, das quais, paradoxalmente, podem ser retiradas algumas perspectivas de ação. A principal lição, na verdade, nada tem de nova. O meio ambiente é, por excelência, o reino das externalidades sociais. Isso significa que há poucos incentivos econômicos ao comportamento ambientalmente correto. A base industrial concentrada remunera e incentiva as formas atuais de produção, fortemente baseadas em consumo energético e em emissão de CO₂. A concentração econômica faz com que existam monopólios e oligopólios extremamente poderosos, influentes e resistentes a qualquer mudança. A consequência é não apenas um comportamento individual de muitas empresas avesso a grandes transformações na forma de produção. Significa também uma enorme pressão sobre governos para que não assumam compromissos firmes nesse setor. Restam então duas alternativas. A primeira é esperar que grandes desastres naturais mudem essa equação, obrigando estruturas empresariais a se moverem e governos a se libertarem.

A segunda alternativa é mais razoável e inteligente. Menos centralizada, implica recapacitar o direito para garantir a criação de ordem econômica mais apta a transformações que garantam a sobrevivência ambiental. Essa alternativa envolve várias estratégias. Procurarei concentrar-me em três das mais importantes.

A primeira envolve a discussão do instituto jurídico da propriedade. Rediscuti-lo não é uma questão ideológica, mas uma necessidade técnica. A mudança tecnológica na sociedade nos últimos séculos não foi acompanhada nem de longe pela mudança de suas formas de organização jurídica, em especial da propriedade. Particularmente, a ideia de livre utilização de bens naturais, que poderiam ser livremente utilizados -ou em certos casos até livremente apropriados-, é parte integrante dessa concepção clássica e ultrapassada.

A realidade de escassez tem de mudar radicalmente esse cenário. Bens são escassos, seja para sua apropriação, seja para sua utilização. Aí incluem-se desde a terra - propriedade produtiva e florestas- até o ar e a água. É imperiosa a elaboração de uma regulamentação específica para os bens comuns (hoje só reconhecidos em certos setores regulamentados) e para os bens particulares, mas que geram efeitos coletivos, não mais servindo só o recurso à vaga cláusula da função social da propriedade. A segunda estratégia jurídica deve permitir uma segunda revolução tecnológica, agora voltada às tecnologias verdes, capazes de salvar o planeta. A primeira revolução técnica, a Industrial, precisou suplantar grandes dificuldades. À época, o desafio era segregar o que já existia na natureza do novo e original, com efeitos industriais. As patentes originariamente fundaram-se então na industriabilidade e na novidade das invenções. Essa regra não é útil para as novas necessidades. Hoje é preciso segregar setores em que existe alta concorrência tecnológica. Nesses, as patentes não apenas não são necessárias como representam entrave ao acesso público a bens muitas vezes de grande necessidade coletiva (por exemplo, medicamentos). Para eles, não é necessária a existência de patentes. A simples concorrência pela permanência no mercado já gera o progresso tecnológico. Para outros, em que, ao contrário, ainda é escasso o estímulo econômico para invenções, pois exigem mudança radical no estado da técnica, patentes podem ser necessárias. Mas não só. É necessário também um direito premial, para produtores e

consumidores, que possibilite economicamente a elaboração e a utilização de invenções que utilizem energias limpas na fabricação e no consumo de bens (aí incluído o processo de reciclagem). Finalmente, o terceiro (mas talvez mais importante) grande nó é a pobreza. O direito deve enfrentar com prioridade a questão do combate à pobreza. Não é possível nem legítimo exigir de alguém vivendo abaixo da linha de pobreza a não utilização predatória da única fonte acessível de sobrevivência: o ambiente que o cerca. É necessário então, entre outras coisas, uma abordagem corajosa das estruturas econômicas existentes que permita identificar não apenas, como querem os economistas, a sua eficiência produtiva mas sobretudo a sua ineficiência social. Estruturas econômicas menores e menos concentradas (na agricultura, na indústria) podem ser capazes de conciliar justiça social e criatividade econômica, com maior flexibilidade para atender as necessidades e as vocações ambientais de cada região. O tempo urge e não mais admite um direito passivo, mero reprodutor de decisões tomadas em outras esferas. Um conjunto de normas, oriundas não necessariamente do Estado, mas do ativismo de organizações e cidadãos conscientes e da coragem de juízes e reguladores, precisa surgir. O objetivo é animador: a sobrevivência da espécie.

CALIXTO SALOMÃO FILHO, 44, é professor titular de direito comercial da Faculdade de Direito da USP e professor do Institut de Sciences Politiques (Sciences Po), de Paris.

Os próximos passos, depois de Copenhague – Sítio Eletrônico da CAN – 04/01/2010

O ano de 2010 poderá ser o mais quente da história. A previsão é do centro de meteorologia do Reino Unido, o MetOffice. O recorde de calor é esperado devido a uma combinação de fatores. O primeiro é o acúmulo de gases poluentes na atmosfera, responsáveis pelo aquecimento global. O segundo é um fenômeno cíclico, o El Niño, que causa elevação das temperaturas do Oceano Pacífico. A avaliação mais recente do MetOffice é que a média deste ano deverá ficar quase 0,6 grau celsius acima da média entre 1961 e 1990. Com isso, 2010 poderá bater 1998, que foi o ano mais quente já medido até agora. Os recordes de temperatura deverão ajudar a inflamar o debate sobre o futuro de um acordo global para domar as mudanças climáticas.

A negociação do clima não acabou depois do fracasso na conferência de Copenhague, a COP-15, em dezembro. A próxima reunião do mesmo porte está marcada para novembro, na Cidade do México. E a chanceler alemã, Angela Merkel, vai anunciar um encontro, no meio do ano, em Bonn, para atacar a questão central das metas de emissão dos países. O primeiro-ministro britânico classificou o encontro em Copenhague como um “passo vital” para a construção de um tratado do clima, mas se recusou a dizer que o evento foi histórico. “É o primeiro passo que tomamos rumo a um futuro verde e de baixo carbono. Todos os primeiros passos são difíceis”, afirmou. Quais são as consequências imediatas da decepção em Copenhague e como resgatar a luta global para estabilizar o clima?

A União Europeia dá permissões para seu setor siderúrgico poluir mais sem pagar por isso

Os impasses que emperraram a conferência levantam o medo de que seja impossível chegar a qualquer acordo global nos próximos anos. O primeiro efeito do desentendimento em Copenhague é que as políticas nacionais de combate às mudanças climáticas vão caminhar sem conexão entre si. Mesmo sem um tratado internacional definido, a pressão popular por ação contra o aquecimento global, evidente durante a COP15, deve amparar medidas de países, Estados ou municípios para reduzir as emissões. Na semana passada, o presidente Lula sancionou como lei a ambiciosa Política Nacional de Mudanças Climáticas, que estabelece redução de 36% a 39% das emissões nacionais de carbono, em relação às emissões de 1994 a 2005. É a maior meta para reduzir gases causadores do efeito estufa entre os países em desenvolvimento. Ainda falta estabelecer as ações que permitirão atingir essa meta. E, enquanto não houver um plano global, as políticas climáticas locais podem entrar em conflito. É o que poderá acontecer em São Paulo. A indústria química do Estado tem investido em eficiência energética e modernização que, além de reduzir custos, diminui o impacto ambiental. Por isso, hoje, as empresas de petroquímica, fertilizantes e têxteis emitem menos que em 1990, embora a produção tenha aumentado oito vezes. Um dos fatores foi a troca do diesel para o gás nas caldeiras que geram energia para as fábricas. Além disso, as empresas colocaram equipamentos nas chaminés para capturar o gás óxido de nitrogênio, ligado ao efeito estufa. Esse esforço é coerente com a direção global de reduzir as emissões em relação ao nível em que estavam em 1990, como diz o Protocolo de Kyoto, mesmo que o Brasil não tenha obrigação nenhuma. Porém, o progresso feito pelas empresas pode ser punido pela lei do clima paulista. Ela tem por meta reduzir em 20% as emissões até 2020 a partir dos níveis de 2005. “Nosso esforço entre 1990 e 2005 fica desconsiderado e pode até ser punido”, disse Nelson Pereira dos Reis, presidente da Associação Brasileira da Indústria Química, no estande brasileiro da COP15. “Agora a gente vai ter de sentar para tentar harmonizar os padrões.”

Em um mundo onde os Estados são compelidos a realizar ações unilaterais contra o aquecimento, eles tendem a compensar o esforço criando medidas de defesa ou protecionistas. A União Europeia, que tem leis internas climáticas, vai exigir bom comportamento das empresas aéreas estrangeiras que voam para o continente. A partir de 2013, elas deverão escolher um país europeu para contar suas emissões. A TAM, por exemplo, vai se ajustar aos limites da França. Os Estados Unidos foram mais longe. O projeto de lei climática que será votado no Senado no início do ano prevê ainda mais subsídios para a agricultura do país. A justificativa é incentivar técnicas agrícolas, como o plantio direto e substituição de fertilizantes, que reduzam as emissões a ponto de compensar parte do que é emitido pelas indústrias americanas. “Esses subsídios disfarçados de ações pelo clima nos preocupam”, diz a egípcia Doaa s Abdel-Motaal, consultora da Organização Mundial do Comércio (OMC). “As iniciativas nacionais para compensar suas restrições internas às emissões podem levar a batalhas que prejudiquem o comércio e afetem os países em desenvolvimento.”

E não só barreiras comerciais, diz Dominic Waughray, diretor de iniciativas ambientais do Fórum Econômico Global. Os países vão acionar a OMC quando alguma nação conceder permissões para indústrias potencialmente poluidoras atuarem com menos restrições, aumentando sua competitividade. A União Europeia já é criticada por liberar de graça direitos de emissões para o setor siderúrgico. A metalurgia europeia compete com empresas dos EUA, da China e do Brasil, países que não têm, por enquanto, restrições às emissões de gases do efeito estufa. “Esse vai ser um assunto explosivo para o ano que vem”, diz Waughray.

Além das medidas protecionistas e dos conflitos legais, o que mais complica a vida das empresas que pretendem adotar políticas climáticas é a incerteza gerada por indefinições na COP. “A dúvida é pior que um acordo fraco”, diz o português Pedro Sirgado, diretor de sustentabilidade da EDP Energias do Brasil. A empresa compensa parte do investimento em pequenas hidrelétricas no Brasil vendendo créditos de redução nas emissões de carbono para indústrias europeias, que precisam cumprir sua cota na União Europeia. É um mercado que atingiu US\$ 38 bilhões em 2008. Esses créditos são regulamentados pelo Protocolo de Kyoto. Para continuarem valendo, as negociações da COP15 têm de prorrogar o Protocolo, que vencerá em 2012, ou substituí-lo por algum outro acordo. “Senão, nós caímos no vácuo”, diz Sirgado. “Cada ano sem definição nas COPs desestimula as empresas a investir em projetos de energia limpa.”

Em um ambiente assim, o desafio das organizações não governamentais é transformar a frustração em mobilização. “Agora temos de encontrar uma forma de aproveitar a sensação de decepção das pessoas e canalizar isso para aumentar a pressão”, diz o holandês Hans Verolme, diretor de mudanças climáticas da WWF. “Ninguém acreditava que fôssemos capazes de juntar tanta gente aqui em Copenhague e ao redor do mundo durante essas duas semanas para brigar pelo clima. Fizemos manifestações em massa com uma dimensão inédita.” Rubens Born, da Vitae Civilis e um dos coordenadores globais da campanha TicTacTicTac (de pressão pelo combate às mudanças climáticas), diz que vai tirar férias e depois retomará os planos. “A campanha foi idealizada para convergir para a COP15. Vamos nos reunir no início do ano e planejar como prosseguir com ela”, afirma. Paulo Adário, conselheiro do Greenpeace Internacional, conta que a primeira reação foi de raiva. “O jeito é esfriar a cabeça. As pessoas não lutam por causas perdidas, mas quando acreditam que têm chance de gerar mudanças”, afirma. E elas têm. O apelo popular fez a COP ganhar essa dimensão, com a presença de tantos chefes de Estado e o empenho direto deles em tentar desfazer os impasses. “O engajamento dos líderes nacionais foi algo raramente visto”, diz Yvo de Boer, secretário da Convenção do Clima das Nações Unidas, o acordo que rege as COPs.

A incerteza abala o mercado de US\$ 38 bilhões de créditos de carbono da Europa para os países emergentes

Os envolvidos na COP-15 começam a analisar o desastre. Uma avaliação é de que houve expectativas demais – provavelmente exageradas – na conferência. A primeira é que era possível sair de Copenhague com um acordo legalmente vinculante ou com força de lei. Esse era um ponto levantado por vários envolvidos, como o próprio De Boer. Mas é uma noção ainda questionada, já que não há lei nem tribunal internacional para julgar um acordo desses. O Protocolo de Kyoto, que é legalmente vinculante, não tem força para obrigar ninguém a cumpri-lo. A segunda expectativa era que seria possível conseguir metas mais ambiciosas dos países desenvolvidos, algo difícil agora, considerando a crise econômica que dificulta investimentos em energias limpas. É especialmente complicado para os Estados Unidos, onde o presidente não pode negociar além do que o Congresso permite. Analistas americanos avaliam que o presidente Barack Obama já foi mais longe do que podia ao concordar que o aquecimento não pode ultrapassar 2 graus celsius, como está no Acordo de Copenhague. “Agora é hora de pôr o pé no chão”, diz Tasso Azevedo, consultor do Ministério do Meio Ambiente, do Brasil. O mundo não está condenado. Nem as negociações do clima. “O que perdemos foi a melhor chance até agora de realizar grandes avanços”, afirma Tasso. “Quem sabe no ano que vem, com menos expectativas, nos sairemos melhor.”

Autor: Alexandre Mansur. Matéria publicada em 30 de dezembro de 2009 na revista Época

O Brasil não pode tornar refém de ambientalista – Sítio Eletrônico da CNA – 04/01/2010

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva deverá enviar ao Congresso em 2010 um projeto de lei que prevê a criação de benefícios fiscais para a implantação de usinas siderúrgicas no país. O ministro de Minas e Energia, Edison Lobão, disse à Folha que o objetivo da medida é reduzir a exportação de minério de ferro bruto, uma bandeira de Lula e um dos motivos das desavenças entre o presidente e o comando da mineradora Vale do Rio Doce no ano passado.

Na entrevista, Lobão também afirma que o Brasil não pode ficar refém dos humores do Meio Ambiente. Caso contrário, vai enfrentar dificuldades no futuro na área energética.

Segundo Lobão, essas dificuldades não serão de falta de energia, mas da necessidade de o consumidor pagar por uma energia mais cara e poluente das termelétricas. Elas terão de ser acionadas se as usinas hidrelétricas em construção sofrerem grandes atrasos. O ministro volta a repetir que o apagão ocorrido no país no início de novembro passado, que afetou 18 Estados mais o Distrito Federal, deveu-se a fenômenos atmosféricos adversos e afirma: Eu quase diria que estou torcendo para que haja uma falha técnica, para que ela possa ser corrigida daqui para a frente. Mas até agora não apareceu. A seguir, os principais trechos da entrevista:

FOLHA - Qual lição o apagão deixou? Houve falha de manutenção?
LOBÃO - Nós não temos nenhuma ideia fixa no sentido de defender o sistema naquilo em que ele eventualmente não devesse ser defendido. Mas nosso sistema de transmissão de energia é considerado um dos melhores do mundo, senão o melhor.

FOLHA - Mas nenhuma falha foi identificada no apagão?
LOBÃO - Não. Já fizemos vários estudos, relatórios, e a conclusão é que tinha havido realmente fenômenos atmosféricos adversos. Bem, ainda estamos fazendo novas investigações. Se você me perguntar, eu quase diria que estou torcendo para que haja uma falha técnica para que ela possa ser corrigida daqui para a frente. Mas até agora não apareceu.

FOLHA - Segundo as previsões, o país volta a crescer acima de 5% neste ano. E várias usinas hidrelétricas em construção estão enfrentando problemas no seu cronograma de obras. Isso não coloca em risco o fornecimento de energia?

LOBÃO - Nós não trabalhamos com a possibilidade de racionamento de energia no Brasil. Além das hidrelétricas que estamos construindo, ou em fase de licitação e de recebimento das licenças ambientais, temos a solidez das termelétricas, que constituem uma energia cara e poluente. Todavia é um estoque de energia que possuímos, estoque estratégico. Falhando o sistema hídrico, seja porque não choveu, seja porque não se conseguiram as licenças a tempo, entrará em funcionamento o sistema térmico do país.

FOLHA - É a melhor solução?
LOBÃO - Não, é a pior solução. Mas é um estoque estratégico que possuímos.

FOLHA - Como o sr. classifica o embate no governo em torno das licenças ambientais para a construção de usinas hidrelétricas?

LOBÃO - Não quero qualificar as dificuldades que temos tido com o Meio Ambiente. Temos tido, sim, tais dificuldades intensamente cada vez mais. O caso de Belo Monte

no rio Xingu, no Pará é um exemplo flagrante. Não se concedeu a licença, embora o ministro do Meio Ambiente Carlos Minc e o presidente do Ibama Roberto Messias, numa reunião com o presidente, com a ministra Dilma Rousseff, comigo e com outras autoridades, tenham nos garantido para o mês de novembro passado a emissão da licença ambiental.

FOLHA - Não veio?

LOBÃO - Eu, perguntado pela imprensa, declarei que na segunda-feira seguinte a licença seria concedida. Isso foi motivo para que um alto funcionário do Ibama dissesse que não estava concedendo a licença porque os ministros do Gabinete Civil e de Minas e Energia haviam marcado data para a concessão da licença. Ora, a data foi marcada pelo ministro do Meio Ambiente e pelo presidente do Ibama no Palácio do Planalto. Não era motivo para que a licença não fosse concedida. O Brasil não pode ficar refém dos humores do Meio Ambiente. Não há energia melhor, mais limpa e mais barata do que a hídrica. Mas, como estamos sujeitos aos humores do Meio Ambiente, poderemos ter dificuldades no futuro. Dificuldades de que natureza? Falta de energia? Não, mas seguramente vamos ter que pagar, o consumidor vai ter que pagar por uma energia mais cara e poluente.

FOLHA - É um contrassenso?

LOBÃO - Acho um contrassenso. Até porque estamos tendo todos os cuidados no sentido de que os reservatórios das hidrelétricas sejam os menores possíveis e estamos até, já agora, introduzindo um sistema de reflorestamento de toda devastação feita em volta da construção de uma hidrelétrica.

FOLHA - Os projetos do marco regulatório do pré-sal não foram aprovados no tempo esperado e devem avançar no calendário eleitoral. Isso compromete os planos do governo de fazer os leilões neste ano?

LOBÃO - Compromete. Nós imaginávamos que poderíamos realizar esses leilões ainda no fim de 2009 ou no começo deste ano. Já verificamos que isso não será possível. As leis não foram votadas.

FOLHA - O que aconteceu?

LOBÃO - Dificuldades de entendimentos entre os próprios parlamentares, a questão dos royalties distribuídos a Estados e municípios sobretudo.

FOLHA - O sr. acha que coloca em risco até a aprovação em 2010?

LOBÃO - Não tenho esse receio. Na medida em que se observa que há essa possibilidade, o presidente Lula pode solicitar a urgência para a tramitação dos projetos que ele havia retirado no começo em setembro, dias após ter enviado os projetos de lei ao Congresso.

FOLHA - E o novo código de mineração, quando ele será enviado ao Congresso? Terá aumento dos royalties cobrados das mineradoras ou do imposto de exportação?

LOBÃO - Ainda não está definido. Queremos fazer algo que modernize todo o sistema, mas sem embaraços às empresas exportadoras. É claro que, na medida em que nos convenceremos de que estamos cobrando taxas muito inferiores do que o mundo cobra, teremos que aumentar um pouco.

FOLHA - O marco regulatório vai tratar da preocupação do presidente Lula, revelada no embate com a Vale, de reduzir a exportação de minério de ferro bruto e aumentar a de produtos acabados?

LOBÃO - Não, não deve constar do novo código mineral brasileiro. Mas o presidente está disposto a enviar um outro projeto de lei ao Congresso estabelecendo vantagens

para quem produzir aqui, quem se implantar na transformação do minério em produtos acabados.

FOLHA - Que benefício?
LOBÃO - Benefícios fiscais. Hoje o benefício fiscal é o contrário. Consegue benefício quem exporta o minério bruto. Ou semiacabado ou semielaborado. E cobra dos produtos acabados. A ideia é inverter. Basta inverter para resolver o problema.

FOLHA - O empresário Jorge Gerdau diz que hoje há capacidade ociosa no parque siderúrgico e diz que construir novas usinas siderúrgicas não é a solução.
LOBÃO - Olha, o doutor Jorge Gerdau é um dos maiores empresários brasileiros, um dos maiores do mundo. É um empresário de grande competência e temos orgulho da presença dele no setor produtivo nacional. O que não quer dizer que estejamos absolutamente de acordo com todas as concepções empresariais dele.

FOLHA - E o botijão de gás social, vai sair?
LOBÃO - Foi uma ideia do presidente Lula, que solicitou ao Ministério de Minas e Energia um trabalho nesse sentido. O presidente quer um abatimento de 20% a 30% no preço do botijão de gás para as famílias de baixa renda. Estamos trabalhando nessa direção. Procurando meios e modos de encontrar uma solução. A primeira que encontramos foi no sentido de o Tesouro financiar. O Ministério da Fazenda, obviamente, não gosta dessa solução. Isso importaria num custo da ordem de R\$ 1 bilhão por ano. Estamos procurando outras saídas.

FOLHA - Quem é o melhor vice do seu partido o PMDB para compor a chapa com ministra Dilma?
LOBÃO - Há muitos nomes bons. Mas eu creio que o nome do presidente do partido, Michel Temer, por ser exatamente aquele que, no meu entendimento, mais agrega, mais une o partido, é o melhor nome.

O fim de uma falsa ilusão – Luiz Felipe D’Avila – O Globo – Opinião – 08/01/2010

Copenhague revelou que o aquecimento global não está entre as nossas principais prioridades políticas. Defender o meio ambiente pode conferir prestígio internacional, mas votos e poder se conquistam estimulando o crescimento econômico, gerando empregos e investindo em programas sociais que ajudem a aumentar a renda da população mais pobre.

Nenhum dos líderes reunidos na Dinamarca estava disposto a assumir acordos internacionais e metas climáticas que dificultem a sua tarefa de alcançar esses objetivos. Quando confrontados com o fato de que terão de investir por volta de 2% do PIB mundial para tentar conter o aquecimento da Terra em uma década, os líderes imediatamente pensam que há outras prioridades que se sobrepõem à questão climática.

Bjørn Lomborg, cientista político e ambientalista dinamarquês, resume o dilema político em uma questão crucial: é preferível gastar US\$ 180 bilhões para reduzir a temperatura da terra 1 ou 2 graus Celsius ou utilizar metade desse recurso para assegurar água potável, saneamento básico, assistência médica e educação elementar para a população? Para responder a essa questão, Lomborg reuniu cinco Prêmios Nobel de economia e pediu para que calculassem o retorno social de cada dólar investido.

Eis aqui alguns resultados curiosos: * Prevenção contra Aids: O retorno social é de US\$ 40 para cada dólar investido; * Combater desnutrição: US\$ 30 para cada dólar investido; * Prevenção contra malária: US\$ 10 para cada dólar investido; * Aquecimento global (cumprir o Protocolo de Kyoto): US\$ 0,30 para cada dólar investido.

O resultado deste estudo nos oferece um ótimo indicador das prioridades da sociedade. Líderes não costumam correr risco e remar contra os interesses da sociedade por causas que não considerem vitais e prioritárias. Portanto, não é de se estranhar que Lula ou Obama prefiram comprometer 2% do PIB para dobrar o Bolsa Família ou viabilizar a reforma do sistema público de saúde americano a investir na esperança de reduzir a temperatura da terra em uma década.

Assim como todos nós, líderes políticos são obrigados a lidar com recursos finitos e demandas infinitas. Elegemos prioridades e somos obrigados a fazer escolhas que implicam a renúncia a algumas coisas em benefício de outras.

Com exceção da pequena ilha de Tuvalu, que está desaparecendo — e, feliz ou infelizmente, não é consenso que o aquecimento global tenha algo a ver com isso —, a maioria das pessoas não está disposta a fazer grandes sacrifícios hoje para salvar o planeta num amanhã sem data. É improvável que aceitassem um aumento de 20% a 50% na conta de luz, no preço dos alimentos ou do combustível para acabarmos com a queima de carvão ou com a utilização de adubos e pesticidas.

Então, devemos cruzar os braços e não fazer nada? De maneira nenhuma! A primeira atitude de um líder é compreender a diferença entre os desafios técnicos e os desafios comportamentais.

Mudança de hábito, de crenças e atitudes exige doses de sacrifício, desconforto e experimentação. É um processo de reeducação e de conscientização que cobra coragem, perseverança, determinação e consciência de que todo experimento pode dar errado e não atingir os resultados esperados.

Líderes só correrão o risco de engajar as pessoas em mudanças comportamentais se forem capazes de vislumbrar os ganhos futuros, como voto e poder. Para isso, precisam fazer exatamente o oposto do que fizeram em Copenhague.

Em primeiro lugar, é preciso determinar metas claras, objetivas e factíveis (como a redução de CO₂).

Em segundo lugar, é necessário criar medidas que até podem gerar desconforto nas pessoas (mudança de crenças e atitudes), mas sem colocar em risco aquilo que lhes é vital: o preço dos alimentos, por exemplo.

Em terceiro lugar, o mundo pede bons educadores, engajando as pessoas para enfrentar com realismo as mudanças de hábitos e crenças, evitando o apelo às pílulas de demagogia — como culpar as “potências imperialistas”, o “consumismo desenfreado” ou a “ganância dos empresários” pelos males da humanidade e pelo aquecimento global — para aliviar a dor e a tensão de se adaptar às novas circunstâncias.

A visão dos líderes políticos é calibrada pela realidade em que atuam. Se a sua visão estiver muito distante daquela das pessoas, os seus objetivos não as atrairão e não as mobilizarão. Se os seus objetivos se circunscrevem aos objetivos de curto prazo, eles serão incapazes de promover mudanças realmente transformadoras na sociedade.

Hoje, os líderes políticos não estão dispostos a correr o risco de irritar os seus concidadãos e criar desconforto nas pessoas, desafiando-as a promover mudanças radicais no seu modo de viver, nos seus valores e no seu comportamento para “salvar” o planeta. Antes de exigir sacrifícios do povo, os líderes precisam fomentar o amadurecimento da questão climática no seio da sociedade.

De fato, a conferência em Copenhague nos ensinou que, ao criarmos um senso de urgência para a questão do aquecimento global sem estarmos preparados e dispostos a fazer os sacrifícios necessários para mudarmos de hábitos, crenças e atitudes, geramos frustração na sociedade e descrédito dos líderes.

Copenhague destruiu a falsa ilusão de que podemos enfrentar o aquecimento

global recorrendo apenas a soluções técnicas (como utilização de dinheiro e tecnologia) e nos esquivando da responsabilidade de rever a maneira como vivemos, consumimos e geramos produtos, bens e serviços. A questão do aquecimento global retrata os conflitos de valores entre o que pregamos e o que fazemos.

LUIZ FELIPE D'AVILA é diretor-presidente do Centro de Liderança Pública

Avatar Ambiental – Xico Graziano – Estado de São Paulo – Espaço aberto – 12/01/2010

Aconteceu de tudo na grande conferência ambiental promovida pela ONU, em dezembro, na Dinamarca. Chefes de Estado fazendo cartaz, ONGs mostrando força, lobistas exibindo poder, cientistas ostentando categoria, diplomatas negociando, jornalistas aparecendo. Mistura de séria reflexão com festa ecológica.

Temas variados da agenda ambiental desfilaram nos incontáveis eventos paralelos da conferência, enquanto os representantes dos governos nacionais pouco se entendiam na sala da reunião oficial. Nada escapou do debate. Vale a pena destacar aqui as principais questões discutidas em Copenhague.

Um resumo breve e didático Primeiro, claro, sobre o aquecimento global inexistia qualquer ceticismo naquele gelado inverno. Ninguém duvida que o planeta esteja enfrentando um “efeito estufa” ampliado pelos gases que, em razão da ação humana, ou antrópica, aprisionam parte da radiação solar na atmosfera.

Medidas urgentes e radicais serão necessárias para impedir a continuidade do deletério processo, estancando o problema até 2050. O gás carbônico (CO₂), nunca considerado maléfico na agenda da poluição, agora se transforma em vilão.

Pequenos países formados por ilhas oceânicas se apavoram com o assunto. Afinal, derretendo as geleiras e subindo o nível do mar, simplesmente poderão desaparecer. Por isso a angustiada Tuvalu, um pequenino Estado formado por nove atóis polinésios, deu o tom na COP 15.

Segundo, debatia-se intensamente sobre como financiar as políticas de mitigação do fenômeno climático. Mitigar significa amenizar, emitir menos gases estufa no espaço. Mudanças nos processos de produção, pesquisa de novas tecnologias, investimentos nas energias renováveis, combate ao desmatamento, quem vai pagar a conta dessas imprescindíveis ações? Os países mais pobres, ainda em desenvolvimento, querem que as nações ricas banquem a modificação de suas economias. Afinal, foram eles que, há muito mais tempo, provocaram o problema climático.

Sob esse prisma, a reunião da Dinamarca parecia uma grande conferência econômica, não ambiental.

Terceiro, discutiu-se bastante sobre a responsabilidade da lição de casa. Governos, empresas, entidades ambientalistas, governos subnacionais, cientistas, será necessário articular as várias forças da sociedade em prol do benefício ambiental.

Nesse quesito, os Estados de São Paulo e da Califórnia se sobressaíram, mostrando, por intermédio de seus governadores, José Serra e Arnold Schwarzenegger, a força do poder local. Pensar globalmente, agir localmente: chave para a educação ambiental.

Em quarto lugar, todos defenderam a necessidade de as propostas para enfrentar mudanças climáticas serem mensuráveis, reportáveis, conferíveis.

Há que ter metas, cronogramas, recursos, gente capaz de conduzir as políticas de defesa ambiental. Ninguém agüenta mais apenas o discurso carregado de boas intenções. O drama da poluição exige menos retórica, mais ação concreta.

Uma nova fase do ambientalismo se inaugura, a da gestão ambiental com resultados.

Mais que discutir, fazer.

Quinto, as energias renováveis destacaram-se contra as energias fósseis do petróleo e do carvão. Nesse aspecto o Brasil avançou divulgando o etanol, combustível elaborado a partir da biomassa, embora tenha tomado poeira na energia eólica. Carros elétricos se distinguiram, habitação sustentável virou moda na construção civil. Eficiência energética tornou-se coqueluche na Europa.

Da Amazônia ao vegetarianismo, temas específicos atarefaram os militantes ecológicos. O Bella Center, local do evento, era um grande happening. Só faltou, mesmo, uma questão, eternamente esquecida das discussões ambientalistas: a demografia. A pegada ecológica, conceito recentemente desenvolvido, aproxima-se da crítica a esse fantasma do crescimento populacional. Continua de pé, porém, o maior tabu da ecologia.

Como não poderia deixar de acontecer, líderes populistas aproveitaram o climada conferência de Copenhague para fazer seu proselitismo político. O discurso mais fácil sugeria xingar os ricos em nome dos pobres, reduzindo a questão ambiental a uma disputa entre o Norte e o Sul, relembrando a época do Terceiro Mundo. Lula e Chávez, por certo, capitanearam essa demagogia ambiental.

Copenhague não configurou um fracasso total.

Quando milhares de pessoas, bem acima das expectativas, representando entidades variadas, se dedicam tão apaixonadamente a uma causa, como acontece atualmente com a política ambiental, o resultado aparece. Se não de imediato, firma-se no momento seguinte.

Aqui está uma leitura positiva da COP 15. Nunca a ecologia esteve tão em voga, discutida amplamente, envolvendo inclusive sociedades periféricas.

Ganho na certa.

Inexistiu um fecho da reunião, é verdade. O documento final aprovado mostrou-se pífio ante o tamanho do desafio colocado pelas mudanças climáticas.

Quem aguardava um novo caminho, com metas obrigatórias de redução dos gases de efeito estufa, acabou frustrado. Mandatório murchou para declaratório.

Mesmo assim, as mudanças estão em marcha. Modifica-se o padrão da economia mundial. Empresas redefinem suas estratégias competitivas, governos reveem seus planos, a sociedade grita e empurra. Após dois séculos de industrialização explorando a natureza, nasce novo paradigma da economia de baixo carbono. A economia verde do futuro.

Ano-novo renova as esperanças de vida melhor. Tomara que neste 2010 uma governança global se firme para enfrentar o terrível drama do aquecimento planetário. No Brasil a torcida deseja que as eleições presidenciais incorporem o desenvolvimento sustentável no seu âmago. Um avatar ambiental.

Feliz ano-novo. ●

Brasil terá segunda desapropriação por danos ambientais – Sítio eletrônico do MST – 12/01/2010

12 de janeiro de 2010

Do Incra

O Incra vai desapropriar a fazenda Escalada do Norte, localizada no município de Rio Maria, no sudoeste do Pará, em razão de graves danos ambientais. Decreto publicado no Diário Oficial da União do dia 8/12 torna a propriedade de interesse social para fins de Reforma Agrária e autoriza o Instituto a promover a desapropriação do imóvel, que tem área total de 14,8 mil hectares e capacidade para assentamento de 290 famílias de trabalhadores rurais.

Esta é a segunda vez no Brasil que uma área é declarada para fins de reforma agrária levando-se em consideração o descumprimento da função social no aspecto da preservação ambiental. O outro caso se refere à fazenda Nova Alegria, em Felisburgo (MG), que acabou resultando no assentamento de 37 famílias.

"Esse decreto indica um entendimento no âmbito do Poder Executivo de que a função social da propriedade deve ser cumprida em sua plenitude, ou seja, observando todas as suas condicionantes de forma simultânea", avalia a procuradora federal do Incra Juliana Chacpe, que deu parecer favorável à desapropriação.

O Incra também está otimista em relação à forma como o Poder Judiciário deverá tratar o caso. "A procedência do pedido constituirá importante precedente para o ajuizamento de mais ações nesse sentido, dando espaço também para as desapropriações por descumprimento da função trabalhista e bem-estar", conclui Chacpe.

A expectativa do Incra em Marabá (PA) é finalizar os procedimentos administrativos de desapropriação até o mês de março de 2010.

Desmatamentos

O laudo técnico sobre a fazenda Escalada do Norte produzido por peritos federais do Incra demonstram que mais de 174 hectares de pastagens foram plantados em área de preservação permanente próxima a nascente de rios e cabeceiras de cursos d'água. Ainda de acordo com o laudo, a destruição das margens dos rios vai exigir a total recomposição vegetal da área para que seja retomado o equilíbrio do ecossistema. Além disso, os danos causados podem acelerar o processo de assoreamento do leito dos rios e resultar na morte de algumas nascentes.

O Incra também constatou que o imóvel possui apenas 50% da reserva legal. Desde 2001, o poder público exige que a reserva legal da propriedade localizada na Amazônia seja de pelo menos 80% da área do imóvel. A autarquia fundiária ainda deve fazer uma

nova avaliação da propriedade para definir a indenização a ser paga ao proprietário, levando em consideração o passivo ambiental provocado pelos desmatamentos.

Ruralistas e ambientalistas ainda discutem código florestal – Sítio Eletrônico da CNA – 15/01/2010

O confronto entre ruralistas e ambientalistas no governo federal deverá ser amenizado no início de 2010. Já há cinco pontos de convergências sobre a revisão do Código Florestal. Até março, uma nova proposta será acordada. Mas, no Congresso Nacional, há fortes atritos sobre a concessão de novos benefícios a proprietários rurais responsáveis por desmatamentos irregulares.

Uma trégua momentânea foi acertada no último dia 11, quando o governo atendeu reivindicação da Bancada ruralista, ao editar o Decreto 7.029, que dilatou para junho de 2011 o prazo para a regularização em cartório das áreas de reserva legal dos imóveis. A medida também suspendeu a cobrança de multas diárias de até R\$ 500 por hectare de quem usou ou desmatou essas áreas.

Entre os cinco pontos que estão em aberto para discussão até março, já há consenso entre os ministérios do Meio Ambiente e da Agricultura sobre quatro questões. O principal ponto de desequilíbrio é quanto à reserva legal a ser respeitada pelas pequenas propriedades cujas construções foram feitas às margens de riachos. A legislação prevê que essa distância tem que ser de pelo menos 30 metros da margem do riacho. Milhares de propriedades estão nessa situação e os donos simplesmente não têm condições de fazer a mudança exigida na lei, criticou o ministro da Agricultura, Reinhold Stephanes. Em sintonia com a Frente Parlamentar da Agropecuária, o Ministério da Agricultura defende a ideia de que os estados tenham autonomia para definir a melhor forma de resolver esse problema, proposta não foi aceita pela área ambiental.

De acordo com o ministro, o governo já conseguiu construir um consenso sobre as questões relativas ao plantio em áreas de topos de morros, em várzeas e em encostas, sobre a compensação da reserva quando tem que ser feita fora do estado, fora da bacia, mas dentro de um mesmo bioma. Segundo ele, existe um acordo também para a possibilidade de somar a necessidade de reserva legal com florestas de proteção de beira de rio em caso de propriedades com até 150 hectares. Há entendimento também, de acordo com Stephanes, sobre a possibilidade de se plantar parte de florestas comerciais.

Negociações

As discussões devem ser retomadas ainda neste mês. Por enquanto, surte efeito a estratégia dos ruralistas de adiar a exigência até que haja a redefinição do conceito de reserva legal com base nas características de cada estado e dos respectivos biomas.

A ideia é estender para o País a experiência do governo de Santa Catarina, que modificou de 30 para 5 metros a distância das matas ciliares. Não atendemos os ruralistas que querem acabar com a reserva legal, reagiu o ministro do Meio Ambiente, Carlos Minc.

As pessoas não precisam ter preocupação em fazer essa averbação, prega o presidente da Frente Parlamentar da Agropecuária, deputado federal Valdir Colatto (PMDB-SC), autor de Projeto de Lei 5.367/2009 que estabelece competência a cada estado para definir a reserva legal das propriedades. Esse e outros projetos estão em análise em comissão especial implantada este ano para discutir o tema.

Nós vamos ter uma legislação nova, que com certeza vai resolver essa questão ambiental. Nós vamos trabalhar para mudar esse conceito de reserva legal, prevê o presidente da bancada ruralista. Ele elogiou a dilatação do prazo, porque, sem isso, cerca de 3 milhões de produtores rurais estariam na ilegalidade.

Em tom semelhante, o ministro da Agricultura, Reinhold Stephanes, também acha difícil atender a regularização exigida, mesmo que o prazo tenha sido dilatado. Para, ele há dificuldades para o agricultor, o pecuarista e o próprio governo. Haverá muita dificuldade, mas é o que foi estabelecido, reconhece. O volume é muito grande. São milhões de propriedades, afirma.

Medida provisória

A presidente da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), senadora Kátia Abreu (DEM-TO), defende que o novo Código Florestal saia por medida provisória. Vale destacar que a bancada ligada ao setor não só é grande como muito atuante, principalmente na Câmara dos Deputados.

Uma das diretrizes dos ruralistas está no livro Reserva Legal, recentemente lançado pelo deputado federal Luiz Carlos Heinze (PP-RS). Na obra, ele argumenta que não cabe ao proprietário rural arcar sozinho com os problemas ambientais, que é de toda a sociedade.

Como se não bastasse a moratória com a dilatação da averbação, que pode chegar até a R\$ 13 bilhões em multas e infrações de crimes ambientais anistiados para grandes empreendimentos agropecuários, a bancada ruralista ainda pretende cometer coisas ainda mais graves, acusou, por sua vez, o líder do PSOL, o deputado Ivan Valente (SP).

Já há cinco pontos de convergência entre ruralistas e ambientalista sobre a revisão do Código Florestal. Mas no Congresso há atritos sobre a concessão de benefícios a proprietários que desmataram.

** Autor: Abnor Gondim. Fonte: Jornal DCI de 15/01/2010.*

Cientistas criam técnica barata para tirar CO2 do ar – Ricardo Mioto – Folha de São Paulo – Ciência – 15/01/2010

Material especial converte gás de efeito estufa em substância com uso industrial

Química ainda não entende como mecanismo funciona; criar dispositivo para uso em grande escala ainda é um desafio, diz pesquisadora

Um novo dispositivo apresentado ontem por cientistas pode um dia se tornar uma máquina para salvar o planeta do aquecimento global: ele tira o CO2 do ar e o transforma em compostos de carbono que podem ser vendidos como matéria-prima à indústria. Os pesquisadores holandeses autores da invenção, porém, afirmam que ainda não é possível aplicá-la em grande escala. O que os cientistas fizeram foi criar uma estrutura que ajuda o CO2 do ar a se transformar em uma substância chamada oxalato de lítio (veja quadro à dir.). O mecanismo usa um composto do tipo que os cientistas chamam de catalisador, que serve para estimular e acelerar reações químicas. Conseguir que uma placa feita de um material complexo à base de cobre fizesse isso não foi fácil. Estruturas com cobre expostas ao ar geralmente reagem com o oxigênio

(O₂), não com o gás carbônico (CO₂). Isso ocorre porque o oxigênio tem muito mais facilidade para participar de reações químicas. Ele é mais instável, se agrupa facilmente com outras moléculas. A estrutura criada pelos holandeses, entretanto, quebra a expectativa e reage com o CO₂. Nem os cientistas entenderam direito como conseguiram a façanha. "Por que isso aconteceu, nós não entendemos", disse à **Folha** Elisabeth Bouwman, da Universidade Leiden, na Holanda, que publicou, com sua equipe, a descoberta na revista "Science". Eles são especialistas em estruturas sintéticas úteis como catalisadoras em reações com carbono.

Eles ficaram especialmente animados por três motivos. Um deles é que a substância final em que o CO₂ se transforma, o oxalato de lítio, é bastante estável. Isso significa que o carbono está bastante preso dentro dela -não vai voltar para a atmosfera tão cedo. O segundo é que o oxalato de lítio pode servir como insumo na fabricação de produtos de limpeza doméstica ou de substâncias úteis para uso em componentes de refrigeradores.

O último é que o catalisador que criaram é "reciclável". Ou seja, ele pode ser utilizado de novo após oxalato de lítio ser removido dele. Isso torna o mecanismo mais viável. O processo, porém, ainda está longe de sair dos laboratórios e ganhar escala. Dificilmente se tornaria viável rápido o suficiente para conter o aquecimento global nas próximas décadas. Segundo Bouwman, seu estudo "é só o começo". Ainda assim, é um grande passo. Todos os mecanismos propostos até hoje para tirar CO₂ da atmosfera e transformá-lo em outra substância gastavam uma quantidade proibitiva de energia. O mecanismo holandês, entretanto, é mais simples e, assim, tem um consumo elétrico pequeno. Algumas substâncias usadas no processo, porém, ainda encareceriam um ganho em escala. Uma delas é o lítio. Por isso, diz Bouwman, o próximo passo é fazer pequenas modificações nas estruturas usadas. O trabalho vai adiante em um constante processo de tentativa e erro. "Fazemos as modificações e observamos o que acontece: se o complexo fica mais reativo, se a reação vai mais rápido."

Energia nuclear não é o melhor para o Brasil – Giuliana Miranda – Folha de São Paulo – Ciência – 16/01/2010

Ambientalista que atraiu a inimizade de ONGs ao defender usina atômica diz que caso brasileiro requer solução distinta

Cientista concebeu a teoria de que a Terra se comporta como um organismo, ideia que inspirou o planeta ficcional do filme "Avatar"

COLABORAÇÃO PARA A FOLHA

A energia nuclear não é a melhor opção para gerar eletricidade limpa no Brasil, afirma o cientista britânico James Lovelock, ambientalista que comprou a inimizade de ONGs após começar a defender as usinas atômicas. Apontando-as como solução para o corte de gases do efeito estufa, Lovelock muda de opinião quando se trata de falar sobre o caso do Brasil, que tem feito um "bom trabalho" com as hidrelétricas. Aos 90 anos, Lovelock mantém sua fama como criador da hipótese de Gaia, segundo a qual a Terra seria um organismo vivo capaz de se autorregular. Ele lança agora, em português, seu oitavo livro sobre o tema (leia crítica abaixo). Mesmo tendo comprado a

inimizade do movimento verde, o discurso acessível do cientista levou a bandeira ambiental para muito além dos laboratórios. Desde a criação da hipótese de Gaia, há mais de 40 anos, surgiram vários filmes e livros inspirados no conceito. O mais recente é o sucesso de bilheteria "Avatar". Na produção, Pandora, o planeta dos gigantes azuis Na'vi, também é capaz de regular seu equilíbrio. "Não vi o filme, mas estou curioso", disse. Na vida real, o cientista está muito próximo de chegar ao espaço. Contrariando a orientação de seu médico, ele se prepara agora para embarcar no primeiro voo da empresa de viagens espaciais Virgin Galactic. Em entrevista à Folha, Lovelock fala sobre as expectativas para sua aventura pessoal e para o futuro do planeta.



FOLHA - Em seus últimos livros, o senhor defende a energia nuclear como melhor alternativa para geração de energia limpa em países populosos. Isso se aplicaria ao Brasil?

JAMES LOVELOCK - As usinas nucleares são a melhor opção de energia limpa em países populosos e com restrições de espaço, como é o caso, por exemplo, do Reino Unido e do Japão. Para determinar a maneira mais eficiente e mais responsável de gerar energia em um país é preciso olhar as condições particulares de cada região. E eu creio que esta não seja a melhor opção para o Brasil. Vocês têm feito um bom trabalho com a geração de energia hidrelétrica.

FOLHA - Alguns analistas dizem que a oferta de urânio, principal combustível das usinas nucleares, está se esgotando. Como contornar este problema?

LOVELOCK - O urânio certamente não está se esgotando. Além disso, é um produto extremamente barato. Com um quilo de urânio é possível produzir a mesma energia que uma tonelada de carvão. É claro que, comparado com o carvão, há muito menos urânio no mundo. Mas a quantidade que nós precisamos também é muito menor. Infelizmente, a maior parte dos reatores nucleares em uso hoje, incluindo os dos EUA, aproveita muito pouco da potência energética do urânio, menos de 10%. O resto é colocado em depósitos. A França, que tem um dos melhores índices, usa cerca de 30%. Acredito que é possível aproveitarmos muito mais. A tecnologia está caminhando para isso.

FOLHA - A conferência do clima em Copenhague terminou sem uma meta global de corte nas emissões de gases do efeito estufa, desapontando a expectativa mundial. O senhor acredita que esse tipo de encontro entre as nações seja a melhor maneira para obter consenso quanto à redução das emissões?

LOVELOCK - Eu acho que não. Copenhague se transformou em um palanque político. E numa reunião de industriais querendo uma vitrine para as chamadas tecnologias verdes. Havia muito dinheiro e muitos interesses envolvidos. Na minha opinião, os políticos envolvidos não estavam tão interessados no clima, e sim em uma maneira de escapar da recessão econômica.

FOLHA - O senhor critica a produção de biocombustíveis, como o etanol, por ocuparem terras que serviriam para a produção de alimentos. Os biocombustíveis brasileiros seriam uma ameaça?

LOVELOCK - Vocês estão indo bem a com produção de etanol no Brasil. A extração de combustível da cana-de-açúcar não tem um grande impacto ambiental, como a do etanol vindo do milho. E isso é uma contribuição para o mundo todo, não apenas para o Brasil. Mas o país ainda pode fazer melhor, encontrando formas de lidar com o material não usado [resíduos]. Os índios fazem isso há séculos, enterrando boa parte das sobras e, assim, diminuindo o carbono na atmosfera.

FOLHA - O planeta Pandora, do filme Avatar, é claramente inspirado na teoria de Gaia, comportando-se como um organismo vivo. O que o senhor achou da interpretação do conceito feita pelo filme?

LOVELOCK - Eu não vi o filme, mas estou curioso para assisti-lo. Eu gosto da ideia. Se eles querem fazer uma adaptação, por que não? Boa sorte para eles. Desde que o conceito de Gaia surgiu, ele tem sido usado de todos os jeitos possíveis. Eu não posso impedir ninguém de fazer isso.

FOLHA - O senhor está prestes a viajar ao espaço. Por que decidiu se aventurar no que é, por enquanto, um projeto experimental de Richard Branson, dono da Virgin Galactic?

LOVELOCK - O conceito de Gaia surgiu há mais de 40 anos, quando eu ainda trabalhava para a Nasa. Eu me lembro das imagens do espaço feitas pelos astronautas. Eram incríveis. Nós vivemos em um planeta realmente bonito. Quando me ofereceram essa oportunidade para ir conferir tudo isso por conta própria, simplesmente não consegui resistir. Foi um gesto incrível de Richard Branson. Estou muito agradecido e, principalmente, animado.

ENTREVISTA: "O impacto ambiental não é contabilizado" – Sítio eletrônico da CNA – 18/01/2010

Economista de formação e professor do Instituto de Estudos e Pesquisas (Inesp), o mineiro Eduardo Giannetti, 52 anos, está convencido de que o modo convencional como os países medem sua economia está anacrônico. Não só a forma com que “contabilizamos a economia”, mas o sistema de preços vigentes também deixa a desejar no tocante aos impactos ambientais. Defensor de um PIB (Produto Interno Bruto, conjunto de bens e serviços do país) verde, Giannetti resume porque as decisões importantes foram adiadas para a próxima Conferência do Clima : “É que o ideal para cada país é que todos façam esforço, menos ele”.

O GLOBO: O senhor virou um crítico feroz do PIB. Por quê?

EDUARDO GIANNETTI: Tanto o sistema de preços como a forma como contabilizamos os fatos em economia deixam a desejar no tocante ao impacto ambiental.

O GLOBO: Como assim?

GIANNETTI: Vamos supor que uma comunidade, ao se desenvolver, polui todas as fontes de água potável e passa a ser obrigada a engarrafar água e distribuí-la. O PIB desse país vai aumentar, no lugar de diminuir. Tudo porque algo que não era transacionado pelo mercado e que não passava pelo sistema de preços passou a ser contabilizado.

O GLOBO: O senhor poderia dar um exemplo desse anacronismo do PIB, no caso brasileiro?

GIANNETTI: Se derrubamos nossa floresta para vender madeira no mercado internacional, o PIB brasileiro vai dar um salto fantástico. Só que, ao optarmos por esse

caminho, estaremos empobrecendo as gerações futuras. É mais ou menos como vender a prata da família para ir jantar fora.

‘Nossa história é pautada pelo imediatismo’

O GLOBO: O senhor também considera o sistema de preços caduco?

GIANNETTI: Claro, ele padece de defeitos gravíssimos. O sistema de preços não registra o impacto ambiental das ações humanas. Basta compararmos o custo de geração de energia em uma usina eólica com uma termoeétrica: US\$ 0,17 contra US\$ 0,03 o quilowatt/hora.

Nesse custo monetário, não está embutido o valor real da poluição provocada por uma termoeétrica.

O GLOBO: Então a tonelada de gás carbônico gerada deveria ser precificada?

GIANNETTI: É preciso mudar o sistema de preços, porque ele só capta o custo monetário das atividades econômicas. O impacto ambiental não é contabilizado.

O sistema de preços capta apenas uma parcela do custo, que é a monetária.

O GLOBO: No lugar de precificar o custo das emissões de CO2, embutir um imposto no preço final do produto não seria uma alternativa?

GIANNETTI: Estou convencido de que só teremos uma mudança estrutural nas decisões de investimento e nas de consumo à medida que o impacto ambiental for incorporado aos produtos, na forma de preço e não de imposto voluntário. As pessoas se declaram preocupadas com o aquecimento global, mas quando se fala em pagar voluntariamente, ninguém quer pagar a conta.

O GLOBO: Um dos motivos de a COP-15 (Conferência do Clima de Copenhague) não ter avançado é porque ninguém quer pagar a conta?

GIANNETTI: O ideal para cada país é que todos façam esforço, menos ele.

O GLOBO: O Protocolo de Kioto expira em 2012, e o resultado não é dos mais alvissareiros. Por quê?

GIANNETTI: O Protocolo de Kioto revelou-se um acordo com uma série de problemas. Alguns dos países signatários, como a Espanha, não fizeram nada. Os espanhóis aumentaram suas emissões de CO2 após a assinatura do acordo, enquanto os Estados Unidos, que sequer são signatários, avançaram mais que a Espanha. Precisamos ter mecanismos para garantir o cumprimento do acordo.

O GLOBO: O senhor se considera uma pessoa pessimista?

GIANNETTI: O que me preocupa no Brasil é a combinação da nossa história com a nossa geografia. Geograficamente, fomos premiados com um patrimônio ambiental único. Só que nossa história é pautada pelo imediatismo. Faz parte da nossa formação histórico-cultural essa incapacidade de agir no presente tendo em vista o futuro e o longo prazo. Um dia de sol no planeta, pelo que ele tem de luz e calor, vale mais do que todas as reservas de petróleo no mundo.

* Liana Melo. Entrevista publicada no Jornal O Globo de 18/01/2010.

A floresta como alternativa de renda à pequena propriedade – Sítio Eletrônico da CAN – 18/01/2010

A existência de florestas e a vida humana são indissociáveis. Para isso, há vários exemplos na história da civilização humana que demonstram essa ligação fundamental entre o homem e a floresta. A própria evolução da espécie humana ocorreu em um ambiente florestal. Esse fato se explica por que foi justamente na floresta onde as primeiras civilizações encontravam alimento, abrigo e, principalmente, água. Não há como não relacionar a disponibilidade de água sem a existência de florestas.

Posteriormente, quando o homem deixou de ser nômade e passou a ser sedentário, as florestas foram um obstáculo para o estabelecimento da agricultura e pecuária, paradoxalmente, também continuavam a ser fonte de alimento, energia, abrigo, etc.

O papel da floresta vai muito além de produção de produtos madeiráveis, a sua importância não é percebida pela imensa maioria da população, uma vez que seus benefícios podem ser diversos.

Além de econômica e socialmente importante para o Brasil, a floresta tem papel essencial na qualidade de vida da população pelos benefícios ambientais que proporciona. A cobertura florestal protege o solo, os mananciais de água e a fauna, evita enchentes, captura dióxido de carbono proveniente, principalmente, do uso de combustíveis fósseis, aumenta a vida útil de reservatórios hídricos que geram energia ou fornecem água potável e propicia a existência da biodiversidade. À margem das estatísticas deve-se também considerar que existe forte interação do homem com as florestas, onde ele tem frequentemente sua fonte de alimentos, remédios, materiais para construção e renda. (FERREIRA & GALVÃO, 2000).

Atualmente as florestas ainda podem se constituir em mola propulsora do desenvolvimento. Para que ocorra o crescimento econômico de uma região, é necessário disponibilidade financeira, que é obtida via poupança, empréstimos ou pelo extrativismo. No sul do Brasil, temos várias regiões que podem ilustrar esse fato. Seria possível imaginar a região de Lages e Caçador, em Santa Catarina, se não fosse pela enorme disponibilidade de araucárias, ou Caxias do Sul e Vacaria, no Rio Grande do Sul, e toda a região metropolitana de Curitiba, no Paraná?

Essa importância das florestas está muito presente na região sul e, sem dúvida, que “a indústria madeireira, mesmo na concepção extrativista pela qual se desenvolveu, foi precursora da industrialização e financiou, em grande parte, o desenvolvimento de Santa Catarina” (SZÜCS et al, 2002).

No Rio Grande do Sul, por exemplo, Brena (2006) deixa claro que “o aproveitamento da madeira oriunda do desmatamento, especialmente do pinheiro-brasileiro, alavancou a instalação e o desenvolvimento do primeiro ciclo da cadeia produtiva de base florestal, contribuindo substancialmente para a consolidação da matriz econômica do Estado”.

Dessa forma, a atividade florestal na região do Vale do Rio Pardo sempre teve uma característica econômica relevante, basicamente por que a lenha constitui-se em

insumo importante no custo de produção da cultura do tabaco.

Talvez em função desta importância, criou-se na região um conceito de que a atividade florestal resume-se na produção de lenha, e principalmente de que as florestas de rápido crescimento, especialmente o gênero *Eucalyptus* sp, teriam melhor uso para essa finalidade.

Entretanto, a região tem uma ampla vocação florestal na melhor acepção do termo, em função da sua topografia, fertilidade, regime pluviométrico e logística. Além disso, o crescimento de algumas cidades no Vale, como Santa Cruz do Sul, Vera Cruz, Venâncio Aires e Sobradinho, determinaram o aumento de consumo de produtos florestais, além dos destinados a energia, principalmente para processamento em serrarias.

Um exemplo desta mudança de mercado são as florestas plantadas na região Centro-Serra do Vale, tendo como Sobradinho o município destaque. Nessa região, as florestas de *Eucalyptus* sp, que originalmente foram plantadas para energia, passaram a ser comercializadas também como varas para a construção civil em Santa Maria, permitindo uma remuneração maior para o proprietário rural, em comparação a venda como lenha. Além disso, a produção de pallets e outras embalagens de madeira têm tornando a atividade florestal muito interessante do ponto de vista econômico.

Atualmente, os reflorestamentos com *Eucalyptus* sp nesta região estão sofrendo uma enorme pressão, em virtude da sua qualidade e disponibilidade, pelas serrarias especializadas na produção de pallets, o que resultará na antecipação de rotações de florestas com potencial de produção de toras de grandes dimensões, conseqüentemente isso garantirá uma valorização do produto no futuro.

Nessa região, a estrutura fundiária é típica de pequenas áreas, tendo como média 18 hectares, evidenciando o predomínio da agricultura familiar, aspecto muito presente em toda a região de produção de tabaco.

A dependência econômica dessas propriedades e famílias em relação ao tabaco é enorme, as opções de diversificação agrícola, considerando toda a estrutura social são limitadas, porque os produtos agrícolas de consumo em massa são commodities, não permitindo que pequenos produtores consigam estabelecer-se em função da escala, para formarem preços e serem competitivos. Nessa linha de raciocínio, a lenha também se torna uma commodities, por conseguinte, a atividade florestal não pode se resumir a produção de lenha, pelo contrário, a lenha deve representar um dos itens, talvez o menor, em termos de oportunidade e rentabilidade para o produtor florestal.

Dessa forma, o desafio que se coloca é comprovar que o dito popular de que não se deve colocar todos os ovos na mesma cesta, aplica-se aqui, no sentido de que a atividade florestal, independente do tamanho da propriedade rural, seja mais uma opção viável de obter renda, gerar emprego e dar uma melhor condição de vida para as populações rurais, principalmente, e às urbanas.

** Autor: Jorge Antonio de Farias - Engenheiro florestal, Mestre em Engenharia Florestal, Doutorando em Engenharia Florestal e Gerente de Produção Agroflorestal da Associação dos Fumicultores do Brasil (Afubra). Fonte: Afubra.*

Proteção ambiental – Sítio eletrônico da CNA 20/01/2010

Estudos desenvolvidos pela Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) deram origem a películas naturais e comestíveis que podem substituir plásticos sintéticos usados para envolver e proteger alimentos. Produzidos a partir de polímeros naturais, os chamados biopolímeros, os filmes têm a vantagem de serem biodegradáveis (podendo até mesmo ser ingeridos pelo homem), amenizando o problema do lixo no planeta. Afinal, alguns plásticos utilizados como embalagens primárias podem levar cerca de um século para serem degradados pela natureza.

A técnica tem como principal objetivo conservar frescos e por um tempo maior alimentos como frutas, chocolates, queijos e verduras. “O mecanismo de aplicação do filme comestível sobre o alimento atua retardando a perda de água e as trocas gasosas entre o alimento e o ambiente, aumentando o tempo de vida do produto”, explica o físico Odílio Garrido, pesquisador da Embrapa Instrumentação Agropecuária, em São Carlos (SP).

A pesquisadora da Embrapa Agroindústria Tropical Henriette Azeredo explica que é difícil precisar a época em que surgiu a ideia de desenvolver os filmes comestíveis. “Desde o século 12, os chineses já usavam ceras para revestir frutas e reduzir a perda de umidade. Por outro lado, nas últimas décadas, o uso de filmes e revestimentos comestíveis tem sido estudado com mais cuidado. Novos materiais têm sido explorados e novas técnicas, usadas”, destaca. De acordo com ela, são vários os mecanismos e as matérias-primas utilizadas para a obtenção do filme. Entre os biopolímeros, ela cita polissacarídeos como o amido, a pectina e a quitosana. Proteínas como a gelatina também podem ser usadas.

No caso das frutas, o revestimento pode ser feito por meio de três técnicas. Na primeira delas — a imersão —, o alimento é mergulhado rapidamente em uma solução filmogênica contendo biopolímero, água e ácido acético. Depois, o alimento é deixado em repouso até que a água evapore e a película se forme sobre a fruta. Na aspersão, o processo é parecido, mas a solução é borrifada sobre o alimento. A terceira possibilidade é a deposição, na qual a solução é espalhada de forma uniforme sobre uma superfície plana. “Depois disso, ela passa por um processo de secagem. A película formada pode ser destacada e utilizada (como embalagem)”, afirma Henriette.

Não existe apenas um tipo de filme comestível. “Para cada alimento, seja ele fruta, verdura ou chocolate, é necessário desenvolver um material diferente, adequado à sua fisiologia”, destaca Garrido, que atualmente estuda a produção de um filme ideal para aplicação em maçãs fatiadas. Segundo Henriette, os processos de produção em laboratório costumam durar de uma a 12 horas em média, dependendo da infraestrutura do laboratório.

A cientista informa que a Embrapa Agroindústria Tropical, sediada em Fortaleza, também está desenvolvendo filmes a partir de polpas de frutas, tendo sido a

manga a primeira a ser testada. No processo, os cientistas ainda mantiveram a coloração e o sabor semelhantes aos da fruta de origem. “Os resultados foram excelentes, pois as frutas contêm polissacarídeos como a pectina e o amido, que são compostos filmogênicos”, informa.

Treinamento

As pesquisas desenvolvidas por Henriette têm origem no Departamento de Agricultura dos Estados Unidos, pioneiro nessa técnica. “Fui submetida a um treinamento no departamento. Na ocasião, aprendi a técnica, que foi na verdade o meu pós-doutorado, e a trouxe para o Brasil. Aqui, porém, o mecanismo tem sido adaptado às frutas tropicais”, enfatiza.

Na opinião da especialista, a grande vantagem do uso dos filmes comestíveis é que eles permitem o uso de uma quantidade menor de embalagens sintéticas, o que é muito bom para o planeta. “Quando se usa um filme comestível, a indústria pode eventualmente dispensar a embalagem primária, aquela que fica diretamente em contato com o alimento. No caso de uma caixa de bombons, a embalagem primária seria aquela que envolveria cada bombom individualmente”, esclarece.

Por outro lado, a embalagem que fica em contato com o ambiente (no caso dos bombons, a caixa propriamente dita) continua sendo necessária. Henriette explica que a produção ainda está em fase de testes e não tem previsão de chegar ao mercado, mas adianta que os biopolímeros custam mais caro que os plásticos sintéticos convencionais. “Acredito que em alguns anos será possível encontrar esse tipo de produto no mercado. Mas como o custo é alto e o desempenho ainda é inferior ao dos plásticos sintéticos, o consumidor só vai aceitar pagar mais se ele se sensibilizar com a questão ambiental ou se o filme comestível for uma parte especialmente atraente do produto”, analisa.

* *Autora: Gisela Cabral. Fonte: Correio Braziliense de 20/01/2010.*

O nó da biodiversidade – Catarina Alencastro – O Globo – Ciência – 20/01/2009

Brasil promete plano para regulamentar exploração de recursos naturais

BRASÍLIA. Dono da maior biodiversidade do planeta, o Brasil levará à 10a Conferência da ONU sobre o tema, que acontece em outubro em Nagoia, no Japão, a proposta de um plano que cria regras para o acesso às suas riquezas naturais e mecanismos de repartição de recursos captados com a venda de produtos feitos a partir de matéria-prima explorada em solo brasileiro. A proposta valeria para todos os países que integram a Convenção sobre Diversidade Biológica das Nações Unidas (CDB) e tem como base um anteprojeto de lei elaborado pelos ministérios de Ciência e Tecnologia e do Meio Ambiente.

A proposta regulamenta uma Medida Provisória editada em 2002, mas que, na prática, é difícil de ser cumprida. O texto da regulamentação ainda não foi enviado ao Congresso e, enquanto isso, impede que empresas repassem parte de seus lucros a quem preservou a memória do conhecimento sobre plantas medicinais.

— Hoje, até quem quer fazer direito tem dificuldade — admite o ministro do Meio Ambiente, Carlos Minc.

Se a Convenção aprovar a ideia, o governo espera regular o mercado de exploração de riquezas brasileiras. Haverá normas, por exemplo, sobre o acesso à informação sobre o potencial medicinal de uma planta ou animal que se deseja pesquisar, ou para a distribuição de pagamentos para o governo e comunidades tradicionais detentoras do conhecimento. Serão cobrados royalties sobre produtos fabricados a partir do patrimônio genético brasileiro.

Fiscalização é ineficiente contra a biopirataria

Essa contribuição abastecerá uma série de fundos para investimentos em pesquisa e para distribuição de recursos entre as comunidades tradicionais.

Parte do dinheiro também será investido na manutenção de unidades de conservação. Essa e outras propostas estão sendo discutidas em Londres, onde acontece, esta semana, uma reunião preparatória à Convenção de Nagoia.

Atualmente, reclama Minc, pesquisadores estrangeiros recolhem material genético, seus laboratórios o transformam em remédios e o Brasil não ganha nada com isso. Embora haja legislação que puna a biopirataria no país, não há fiscais suficientes para impedir a prática, que acontece quase que livremente nas áreas mais distantes da Amazônia.

— Hoje o laboratório suíço vem, pega a formiga, leva para o seu país, sintetiza o princípio ativo, faz o remédio e a gente fica o resto da vida pagando royalties sobre ele. E não recebemos nem um tostão por isso. Para o Brasil, é importante resolver essa história porque é uma questão de justiça podermos pagar às populações tradicionais que mantiveram a memória oral que foi a pista para o laboratório estrangeiro chegar àquilo que levou.

Outra proposta que o país levará à reunião é a de que entre na conta do PIB dos países a quantificação econômica dos bens que cada nação tem em termos de biodiversidade.

Um inventário do valor de todas as plantas e animais comporia uma espécie de PIB Verde. O Brasil integra o seleto grupo dos 18 países megadiversos — que concentram 70% da biodiversidade mundial. Atualmente, 168 países ratificaram a convenção de biodiversidade da ONU.

Emergentes se reúnem na Índia Brasil busca fundo ambiental na primeira reunião depois da COP-15

Carlos Albuquerque

No primeiro encontro de alto nível após a Conferência do Clima da ONU (COP-15), realizada em Copenhague, há pouco mais de um mês, que produziu apenas uma carta de intenções e não estabeleceu metas climáticas como se esperava, ministros do Meio Ambiente do chamado Basic (Brasil, África do Sul, Índia e China) vão se reunir, no próximo final de semana, em Nova Délhi, na Índia.

Na reunião, os países do grupo, que saiu fortalecido da COP-15, devem tentar afinar suas posições em relação a temas como redução de emissões de CO₂ e a ajuda aos países mais vulneráveis aos efeitos das mudanças climáticas. O Brasil vai tentar aprofundar no encontro as discussões iniciadas em Copenhague em torno de um fundo ambiental, feito pelo Basic — que reúne as nações em desenvolvimento que são também grandes emissoras — para ajudar os mais pobres.

— Em Copenhague, os países do Basic se assumiram, enfim, como emergentes, ganhando um papel fundamental como elo entre os países ricos e aqueles mais pobres — afirma o ministro do Meio Ambiente, Carlos Minc. — A nossa ideia é que, nesse

encontro na Índia, possamos aprofundar as discussões em torno desse fundo para ajudar os países mais vulneráveis às mudanças climáticas.

É uma espécie de tapa com luva de pelica, chamando a atenção geral para a miséria que foi colocada em cima da mesa pelos ricos em Copenhague.

Para Minc, conferência de Copenhague foi marcada pelo egoísmo

Para João Talocchi, coordenador da campanha de clima do Greenpeace, o encontro da Índia será a primeira oportunidade de o Basic se firmar como uma nova força política nas discussões climáticas.

— O Basic foi uma demonstração da nova geopolítica do clima e do poder dos emergentes.

Antes, eram praticamente dois blocos, os ricos e os pobres. Agora, se formou um tripé, com o Basic se posicionando entre esses dois extremos. Só que com o poder vêm as responsabilidades. O grupo tem agora que harmonizar seus discursos sobre metas, além de mostrar que pode trabalhar com os ricos e os mais vulneráveis para, assim, buscar novos caminhos para enfrentar o aquecimento global.

No encontro, os integrantes do Basic vão, literalmente, fazer o seu dever de casa.

— Temos até o final deste mês para preencher os formulários do que foi acertado em Copenhague, confirmando nossas metas de reduções.

Há muitas expressões e metodologias diferentes entre o grupo. Precisamos unificar isso. E, acima de tudo, precisamos ajudar uns aos outros.

Copenhague deixou no ar uma sensação de egoísmo, com cada um pensando em si. É hora de retomarmos a linha de solidariedade ecológica planetária — disse Minc.

ONU quer fragmentar debate sobre clima – Luciana Coelho – Folha de São Paulo – Ciência – 21/01/2010

Acordo para corte de emissões precisa ser discutido em partes e com número menor de nações, diz chefe da convenção

"Não há como ter todos os países em todas as reuniões todas as vezes", afirmou Yvo de Boer, que reagiu a críticas sobre negociações

Ativista monta boneco de neve em Berlim, ontem, antes de protesto por corte de emissão de CO2

O chefe da convenção do clima da ONU, Yvo de Boer, admitiu ontem que as negociações sobre o tema terão de seguir "em partes", com um número restrito de países tomando decisões sobre determinados tópicos e submetendo-as depois aos demais para aprovação.

Passado um mês do fim da conferência sobre o clima em Copenhague, a UNFCCC parece carecer de rumo e confiança. De Boer disse em transmissão pela internet desde Bonn (Alemanha) que o resultado do evento foi "frustrante" ao produzir uma mera declaração política em vez de um acordo com peso legal. Ele passou boa parte do tempo respondendo a repórteres que questionavam se a convenção era o melhor fórum para criar uma política global contra a mudança climática.

O fato de o documento final ter sido costurado a portas fechadas por China, Brasil, Índia, África do Sul e EUA disseminou desconfiança. De Boer afirmou que nas próximas etapas será preciso manter a transparência para que os demais não se sintam traídos.

Mas foi realista. "Este é o processo de negociação mais complicado do mundo, e não há como ter todos os países em todas as reuniões todas as vezes. É preciso quebrar o processo em partes", defendeu. Segundo De Boer, porém, as negociações devem prosseguir nos mesmos dois trilhos que existiam antes da conferência na Dinamarca, o KP -para nações que assinaram o Protocolo de Kyoto para reduzir as emissões de gases-estufa- e o LCA, que soma um grupo mais amplo de países em desenvolvimento inicialmente fora do processo, além dos EUA.

"Acordão"

As avaliações sobre o que foi obtido em dezembro, um "acordão" que nem sequer foi adotado pela conferência das partes e no qual as metas para conter o problema foram deixadas em branco, diferem dos dois lados do Atlântico. Enquanto a avaliação geral nos EUA (maior poluidor do planeta e o país desenvolvido que mais reluta em se comprometer com cortes) é a de que o documento é um avanço, na Europa ele é majoritariamente visto como retrocesso. Ontem, a chanceler alemã, Angela Merkel, voltou a dizer que os resultados foram "frustrantes" e que "só compromissos legalmente vinculantes" levam ao progresso. "Mas tem de ser da parte de todos", espetou. De Boer também deu a entender que o prazo de 31 de janeiro para que países coloquem suas metas no documento é frouxo. "Era o prazo que eu precisava para concluir meu relatório. Não significa que países sem um plano claro ainda não possam aderir depois." No próximo domingo, representantes de países do "Basic" (Brasil, África do Sul, Índia e China), devem retomar num encontro em Nova Déli as negociações sobre se o grupo adotará posição conjunta. A soma das dissonâncias em Copenhague com a fadiga produzida pelo evento também multiplicou as dúvidas sobre a adequação e o real poder da Convenção do Clima da ONU.

De Boer disse ser possível que outro fórum seja criado, mas afirmou que se trataria de algo contraproducente. "Nós recebemos inventários sobre o que os países emitem, temos um banco de dados, ajudamos os governos a planejarem...", listou. "Inventar outra coisa parece trabalhoso demais." Segundo ele, além disso, "nenhum [país] manifestou vontade de tirar o debate da ONU".

"Embrulho

legal"

De Boer tratou de moderar a esperança de um acordo com peso legal para a próxima conferência, em dezembro, no México. Afirmou que os países devem chegar a propostas mais concretas, mas "darão a elas o embrulho legal que quiserem". Para o chefe da convenção do clima, Copenhague criou um "instrumento político de acompanhamento das intenções" de cada governo e manteve o debate em curso (embora esteja agora fora do foco da mídia). Avançou também, a seu ver, ao delegar negociações aos chefes de Estado. "São os únicos que poderão fazer alguma coisa."

ONU tenta ressuscitar acordo do clima - Deborah Berlinck – O Globo – 21/01/2010

Países têm até dia 31 para aderir à carta de intenções elaborada no fim da COP-15

PARIS. Um mês depois do fracasso da Conferência do Clima (COP-15) na Dinamarca, a ONU tenta ressuscitar o Acordo de Copenhague — uma colcha de retalhos cheia de promessas para limitar a mudança climática global, que os grandes poluidores, como EUA, China e União Europeia, disseram ter a intenção de seguir. Não tem peso legal: é um documento político.

— Tenho conversado com várias partes e muitos acham que é preciso intensificar as negociações em 2010 para podermos cumprir o trabalho de Copenhague — disse Yvo de Boer, secretário-executivo da COP-15.

O primeiro teste acontecerá agora: os 192 países que participaram da conferência têm até 31 de janeiro para dizer se vão seguir o acordo.

As respostas darão à ONU uma ideia do que pensa cada país. O Acordo de Copenhague nunca foi aprovado de fato pelos 192 países que participaram da conferência — isso só poderia ser feito se fosse apoiado por unanimidade.

Mas o secretário-executivo da COP-15 frisou que, embora o acordo tenha sido costurado por um grupo de países, estes representam 80% das emissões globais.

Se o acordo receber sinal verde, a ideia é que a frustração que cercou a COP-15 seja vencida na próxima conferência, em novembro, no México. A meta é estabelecer uma segunda etapa de compromissos do Protocolo de Kioto, fazendo com que os países ricos cortem mais emissões de gases estufa, e aprovando um tratado que estabeleça obrigações também para nações em desenvolvimento, como Brasil, China e Índia.

O ideal é que os compromissos sejam estabelecidos em tratados de valor legal

Painel do clima continua confiável, dizem especialistas – Estado de São Paulo – Vida & - 22/01/2010

Pesquisadores avaliam que a reputação do Painel Intergovernamental de Mudanças Climáticas (IPCC) não ficara arranhada após o grupo de cientistas da ONU ter admitido que a advertência de que as geleiras do Himalaia podem desaparecer até 2035 está mal fundamentada cientificamente.

O IPCC assumiu anteontem que os procedimentos-padrão estabelecidos para a realização de seus relatórios não foram seguidos no caso. “Ao escrevermos o parágrafo em questão, os padrões esclarecidos e bem estabelecidos de evidências, exigidos pelos procedimentos do IPCC, não foram aplicados corretamente”, disse. O órgão não informou qual seria a data correta para a perda do glacial.

Na opinião de Graham Cogley, professor de Geografia na Universidade Trent, no Canadá, e de outros pesquisadores que trouxeram o erro à tona, o impacto negativo para o IPCC será pequeno. “Quem é cético com relação ao aquecimento global continuará cético e quem acredita nas mudanças climáticas vai aceitar o argumento de que isso é uma parte pequena do quadro, metade de uma página de um total de 3 mil”, afirmou ontem ao Estado. Carlos Nobre, pesquisador do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe) que participou da elaboração do relatório do painel, divulgado em 2007, considera, de modo geral, não ser muito

significativo ter uma sentença que não seguiu estritamente os procedimentos do IPCC. O físico Paulo Artaxo, da USP, também um dos autores do quarto relatório, tem a mesma opinião. Ele lembra que “faz parte do método científico revisar dados”. O IPCC não produz pesquisas, mas compila informações de estudos existentes e adota o chamado peer review, ou seja, a revisão pelos pares.

Do último relatório, participaram 1,3 mil cientistas.

AUMENTO DO RIGOR

“O que ocorre não chega a abalar a credibilidade do IPCC, mas pode desgastá-lo um pouco.

Isso obriga o painel a ser mais rigoroso nos seus procedimentos”, diz Fábio Feldmann, consultor na área ambiental e secretário executivo do Fórum Paulista de Mudanças Climáticas. Ele ressalta ainda que o fato de o erro ter sido assumido mostra a seriedade do IPCC.

Luiz Pinguelli Rosa, secretário executivo do Fórum Brasileiro de Mudanças Climáticas e diretor da Coppe, da Universidade Federal do Rio de Janeiro, diz que o caso na colocação do IPCC em xeque e cita o filósofo da ciência Karl Popper para corroborar a opinião. “Popper defende que a teoria só é científica se for exposta a refutação. Ou seja, a verdade na ciência é provisória”, disse. Ele lembra que a teoria de Newton na mecânica foi corrigida pela relatividade de Albert Einstein. “Em revistas científicas isso também acontece o tempo todo.”

NEGOCIAÇÕES

As negociações na área climática, em que o objetivo principal é que os países adotem metas de corte de emissão de gases de efeito estufa, não deve ser muito afetado pelo caso do erro no relatório do IPCC. “Provavelmente, será um pouco mais difícil alcançar um acordo válido juridicamente, mas um pouquinho”, afirma o pesquisador canadense.

“Essencialmente, não há impacto na ciência das mudanças climáticas ou mesmo em mudanças nos glaciares”, ressalta. Ele lamenta, no entanto, que a informação tenha feito “muita gente ter perdido tempo”.

“Mas felizmente foi detectada e corrigida antes que maiores decisões tenham sido tomadas sobre a questão.”

Para Carlos Souza Junior, pesquisador do Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia (Imazon), tratou-se de um problema “de ordem técnica”, o que não altera o rumo das negociações. Isso porque “há uma grande segurança” na parte em que se afirma que um aumento de mais de 2°C será desastroso para o planeta. ●

Área de pesquisa possui lacunas

O próprio IPCC deixa claro que há muitas incertezas e dificuldades na realização de pesquisas na área de mudanças climáticas.

No relatório de 2007, quando o IPCC e o ex-vice-presidente dos Estados Unidos Al Gore receberam o Nobel da Paz, o painel da ONU ressaltou que existiam 54 “incertezas-chave” que complicavam a ciência climática. Agora, uma reportagem da revista científica *Nature* aponta as principais lacunas. Uma delas é a previsão dos impactos regionais do aquecimento global – o que mais interessa às pessoas. “Pesquisadores ainda lutam para desenvolver ferramentas para prever com precisão as mudanças climáticas para o século 21 em nível local e regional”, diz o texto. ●

Agropecuária de MT eleva emissão de gases em 30% - Rodrigo Vargas – Folha de São Paulo – Ciência – 23/01/2010

A queda na taxa do desmate em Mato Grosso não foi de todo acompanhada pela queda de emissões de gases do efeito estufa. Uma pesquisa da UnB (Universidade de Brasília) feita em três municípios aponta um aumento médio de 30% nas emissões da agropecuária do Estado de 2001 a 2007. Em Sorriso, a expansão da soja foi determinante para um aumento de 20% das emissões derivadas do uso do solo no período. Em Alta Floresta, a pecuária puxou um aumento de 39%, segundo o estudo, liderado pelo biólogo Diego Lindoso. Em alguns municípios, o desmate já não é mais a principal fonte de emissões. A cultura da soja em Sorriso, por exemplo, respondeu por 60% do volume de gases-estufa contabilizado em 2007 -em 2001, representava 5%. Em Alta Floresta, a expansão do rebanho bovino foi responsável por praticamente todo o aumento das emissões ocorrido no período. Em Feliz Natal, o terceiro município estudado, as emissões da sojicultura aumentaram 4.100% no período, mas o desmatamento não caiu tanto, e continuou a responder por quase 100% das emissões. Enquanto bois contribuem para o efeito estufa sobretudo com o metano da fermentação entérica, o cultivo de soja o faz pela emissão de óxido nitroso emanado de fertilizantes. De acordo com Lindoso, há "fortes evidências" de desequilíbrio ambiental no atual modelo econômico do Estado. "Sorriso tem 75% das florestas originais desmatadas e Feliz Natal, cerca de 20%", disse. "Feliz Natal tende a seguir o comportamento de desenvolvimento de Sorriso, reduzindo suas matas em detrimento da agropecuária extensiva." Para Rui Prado, porém, presidente da Federação da Agricultura e Pecuária, os números de Lindoso estão baseados num cenário defasado, "de dez anos atrás". "Hoje produzimos muito mais em muito menos espaço. Só com a produtividade, que não entrou na conta do pesquisador, poupamos 14 milhões de hectares", afirmou. O governo de MT não questionou os números, mas disse que em 2009 as emissões já tinham caído.

Emergentes prometem ajuda climática – Rafael Garcia – Folha de São Paulo – Ciência – 25/01/2010

Brasil, África do Sul, Índia e China acenam com auxílio financeiro para reconquistar confiança de países pobres menores

Ministros de meio ambiente do bloco cobram "dinheiro rápido" prometido por nações ricas para adaptação ao aquecimento global

Os países gigantes emergentes querem recuperar a confiança das nações pobres pequenas na tentativa de retomar o bom andamento das negociações para o novo acordo do clima. Em reunião ontem em Nova Déli, ministros de ambiente do grupo Basic (Brasil, África do Sul, Índia e China), decidiram que o bloco vai dar contribuição financeira para países mais pobres lidarem com o aquecimento global e criar um comitê

de auxílio científico.

O valor da contribuição conjunta ainda não foi anunciado, mas, segundo Carlos Minc, ministro do Meio Ambiente do Brasil, deve ocorrer em breve. "Ontem, o que ocorreu foi uma reunião de ministros, e, naturalmente, o montante vai ser definido em conjunto com os presidentes", disse Minc à **Folha**, por telefone. "A ideia é que seja um contribuição idêntica para todos os países do Basic." De acordo com o brasileiro, o gesto deve auxiliar os quatro gigantes emergentes a atraírem o G-77 (bloco diplomático com mais de 120 países em desenvolvimento) de volta à negociação do acordo do clima. Muitos dos países desse grupo se sentiram mal representados na conferência de Copenhague, em dezembro, e se recusaram a assinar o documento final da cúpula, que havia sido articulado pelo Basic e pelos EUA. "Evidentemente, foi do G-77 que partiu a maior resistência, porque o processo foi pouco inclusivo e pouco transparente", diz Minc, que culpa a anfitriã Dinamarca por ter conduzido mal o debate. "Agora, o Basic quer avançar mais e quer voltar a se articular melhor com o G-77, que é de onde vem, também, a sua força política." Segundo o ministro brasileiro, os quatro países criarão um comitê conjunto para ampliar a cooperação científica. O Brasil, que já fornece à África imagens de satélite para monitorar florestas, deve estender o serviço a outros países. A oferta, diz Minc, é necessária para que outras nações possam aderir aos programas de Redd (Redução de Emissões por Desmatamento e Degradação florestal), que oferecem compensação financeira a países que preservam suas matas como forma de evitar a emissão de gases-estufa.

As declarações de Minc ganharam reforço de seus colegas ministros após a reunião de ontem. Jairam Ramesh, da Índia, disse que quer buscar um "consenso com os países desenvolvidos", também. Xie Zhenhua, da China, concentrou seu discurso em cobrar dos países ricos o "dinheiro rápido" que haviam prometido para ajudar nações pobres a lidarem com o aquecimento global. O valor acertado em Copenhague era de US\$ 30 bilhões, em três parcelas anuais até 2012. Segundo Zhenhua, a primeira deve seguir para os países mais pobres, sobretudo os africanos e as nações-ilhas. Os quatro ministros também anunciaram que vão cumprir o prazo estabelecido em Copenhague para que países em desenvolvimento definam suas propostas voluntárias de corte de emissões. "Nós [o Basic] temos a obrigação de sermos os primeiros a submeter os planos de ação", disse Buyelwa Sonjica, da África do Sul. Outro bom sinal que o Basic deu aos países pobres pequenos foi sua posição com relação à proposta de reduzir o debate do novo acordo do clima a um grupo restrito de 28 países. Sugerida pelo chefe da Convenção do Clima da ONU, Yvo de Boer, para evitar tumulto diplomático, e apoiada pelo presidente da França, Nicolas Sarkozy, a proposta foi criticada ontem.

"O Basic discutiu isso e rejeita a ideia", disse Minc. "Mas, isso não significa que não haverá articulações prévias entre grupos menores. Isso é que faltou em Copenhague." Várias reuniões devem acontecer até a próxima conferência do clima, no fim do ano, no México, diz.

Com Associated Press e France Presse

Stephanes diz que Código Florestal é desafio – Sítio Eletrônico da CNA – 26/01/2010

O ministro da Agricultura, Reinhold Stephanes, admitiu ontem que a discussão do Código Florestal, que, segundo ele, carece de mais informações por parte do setor ambiental, é um dos maiores desafios da pasta. Existem alguns itens que mostram desinformação ou preconceito, principalmente em relação ao agronegócio, disse. Apesar disso, Stephanes, que vai se descompatibilizar do cargo em abril para disputar uma vaga à Câmara Federal, disse que gostaria de ser mantido como ministro na próxima gestão.

O Brasil e a Conferência de Copenhague – Rubens Barbosa – Estado de São Paulo – Espaço Aberto – 26/01/2010

Esperava-se que a Conferência de Copenhague (COP 15), de dezembro passado, definisse as regras para o segundo período do compromisso do Protocolo de Kyoto, a partir de 2012.

A agenda da COP 15 incluiu, como tópicos principais, a definição de novas metas de redução (entre 25% e 40%) de emissões dos países desenvolvidos, a partir de 2012, e a negociação de ações cooperativas (metas) por parte dos países em desenvolvimento nas áreas de mitigação (redução das emissões), por meio de políticas nacionais, no contexto de políticas de desenvolvimento. Relacionadas com esses temas, estavam também em discussão a assistência aos países em desenvolvimento com financiamento proveniente de governos ou do mercado de crédito de carbono e transferência de tecnologia. Em outras palavras, o que se tentava examinar era como dar continuidade ao que já se conseguira nas diversas negociações anteriores no tocante às reduções de emissões de gás carbônico na atmosfera e as formas de fortalecer as metas e as ações cooperativas.

Deve ser feita, assim, uma distinção entre a agenda de Copenhague e os anseios da comunidade internacional para uma economia menos dependente das emissões de gases de efeito estufa, e da sociedade brasileira por uma política mais afirmativa na defesa do meio ambiente por parte do governo brasileiro.

Houve uma grande contradição não explicitada entre as discussões ocorridas durante a conferência e a maneira como o encontro foi reportado pela mídia internacional. Enquanto muitos governos e, sobretudo, as organizações não-governamentais centraram atitudes e aspirações relacionadas com a mudança do clima, as grandes potências poluidoras (países desenvolvidos e emergentes) puseram-se a discutir problemas econômicos e financeiros.

As negociações de Copenhague acabaram sendo, na realidade, de natureza muito mais econômica e política do que de meio ambiente.

O que crucialmente está em jogo na atual fase dos entendimentos são decisões que vão afetar a economia de todos os países, a competitividade das empresas, a forma de financiamento da preservação do meio ambiente e a transferência de tecnologia para os países em desenvolvimento, a fim de se ajustarem às novas regras.

Outros exemplos concretos do viés econômico da discussão são o plano de transição para o baixo carbono do Reino Unido, a taxa sobre emissões adotada pela França e a legislação proposta pelo governo Barack Obama ao Congresso norte-americano sobre energia limpa e segurança.

Essas três iniciativas terão grande impacto nos avanços tecnológicos na área de meio ambiente e de mudança de clima nos próximos anos. No caso dos EUA, com vista a alcançar meta de redução das emissões, foi proposta uma série de medidas que vão causar aumento no custo da energia, com efeito negativo sobre a competitividade das empresas norte-americanas.

Para evitar isso estão previstas medidas de restrição comercial às empresas que não se adaptarem aos padrões que passarão a vigorar nos EUA. Cogita-se de imposição de medidas protecionistas que dificultarão o acesso de produtos de outros países ao mercado norte-americano, com claras conotações econômicas e comerciais.

É importante levar em conta que a adoção de mecanismos de redução das emissões para proteção do meio ambiente, como impostos ou *cap and trade*, não se choca necessariamente com as disposições da Organização Mundial do Comércio (OMC), como apontado em recentes relatórios.

Os minguados avanços para a fixação de compromissos de redução das emissões não chegaram a surpreender diante dos posições de EUA, Europa e China. Sem conseguir aprovar a legislação sobre mudança de clima no Congresso, os EUA não se poderiam comprometer com metas precisas de redução das emissões a partir de 2012.

Já a Europa propôs o término do Protocolo de Kyoto e a negociação de um novo acordo com obrigações para os países desenvolvidos e em desenvolvimento num único documento.

Ficou evidente, a exemplo do que ocorreu na negociação comercial de Doha, que se não houver modificação no processo decisório as instituições internacionais, assumindo o caráter global, com participação de mais de 190 países, não conseguirão tomar decisões ao final de suas reuniões.

O que importa é que estamos à beira de uma corrida tecnológica sustentada por pesados investimentos para o aumento de produtividade de carbono e para a substituição dos combustíveis fósseis. Segundo se informa, na última década, os EUA patentearam mais de 50% das tecnologias de baixo carbono e a China, nesse mesmo período, foi o país que registrou a maior taxa de crescimento dessas patentes, traduzidas em projetos inovadores em energias eólica, solar e destruição de metano.

Apesar da insatisfação generalizada com os resultados, houve alguns avanços que afetarão de forma relevante os próximos passos do processo negociador.

A China e os EUA, dois dos maiores poluidores globais, passaram a ser atores importantes na negociação, o que não acontecia até agora. O Protocolo de Kyoto foi preservado e seguirá sendo um elemento-chave nos entendimentos para se conseguir o compromisso de reduções com números definidos e verificáveis até 2012. Avançou-se também na constituição de um fundo para ajudar os países em desenvolvimento a se equiparem para enfrentar o desafio da mudança de clima.

Será importante que o Brasil, por meio de ações do governo, em especial a partir de 2011, e, desde já, do setor privado no tocante a investimentos, não fique para trás na corrida tecnológica em curso. Corremos o risco de, mais uma vez, perder o bonde da História. O pré-sal é relevante, mas o mundo está mesmo concentrado é na fase pós-energia fóssil. ●

De Copenhague ao México – Folha de São Paulo – Opinião – Editorial – 26/01/2010

A NEGOCIAÇÃO internacional sobre como enfrentar a mudança do clima parece ter chegado ao limite do modelo multilateral. Como todas as resoluções têm de ser adotadas por consenso, o risco de impasse é permanente. O fracasso de Copenhague foi só o mais recente e retumbante, não uma exceção. O modelo tinha dado certo no combate ao buraco na camada de ozônio, provocado por substâncias (CFCs) de largo uso industrial. Apesar da dificuldade de obter consenso com mais de uma centena de países à mesa, fechou-se o Protocolo de Montreal (1987), que baniu os CFCs. Pareceu natural seguir a receita, em 1992, quando se adotou, na Cúpula do Rio, a Convenção da ONU sobre Mudança do Clima. A convenção só ganhou efeitos práticos com o Protocolo de Kyoto, decidido a duras penas em 1997. O tratado previa metas nacionais para países desenvolvidos reduzirem suas emissões de gases do efeito estufa, como o dióxido de carbono. Os EUA nunca o ratificaram, e o protocolo se mostrou um beco sem saída. Com a aproximação do prazo final de Kyoto (2012), a negociação de um novo acordo seguiu pelo mesmo trilho e descarrilou em Copenhague. Os interesses da China e dos EUA inviabilizaram a negociação, adiando um desfecho para nova conferência no México, em dezembro. Antes que as expectativas voltem a inflar-se além da conta, Yvo de Boer, secretário da Convenção do Clima, pôs o dedo na ferida. Disse que as tratativas sobre as mudanças do clima poderão ser "por partes", com poucos países preparando medidas e resoluções que seriam depois submetidas à aprovação dos demais. Ainda não é certo que o modelo será adotado. Mas não há dúvida de que a negociação sobre o aquecimento global necessita de inovações para recuperar-se do fiasco de Copenhague.

Amazônia só tolera mais 3% de desmate – Giuliana Miranda – Folha de São Paulo – Ciência – 29/01/2010

Floresta já perdeu 17% da extensão original; se número chegar a 20%, mata começa a se reduzir sozinha, diz relatório

Cobertura vegetal precisa de área mínima para resistir ao aquecimento global; trabalho compilou estudos a pedido do Banco Mundial

GIULIANA

MIRANDA

COLABORAÇÃO PARA A FOLHA

Se o desmatamento da Amazônia -que já consumiu 17% da floresta- atingir a marca de 20%, o aquecimento global se encarregará de destruir o que sobrou, afirma uma compilação de estudos sobre a região feita pelo Banco Mundial.

As conclusões do documento, que reúne vários estudos publicados nos últimos anos, levam em conta simulações do comportamento da Amazônia em diferentes cenários projetados pelo IPCC (painel do clima da ONU). Os cientistas identificaram que o efeito conjunto de incêndios, desmatamento e mudança climática empurra a floresta para um estado onde ela perde sua "massa crítica" para sobrevivência. Como as árvores tropicais são importantes para regulação do clima e do regime de chuvas, forma-se uma espécie de efeito dominó que afeta todo o bioma. No pior cenário, a floresta da Amazônia encolhe 44% até 2025. O volume das precipitações tende a aumentar durante o período de chuvas e diminuir nos de seca, afetando a vazão dos rios de toda a bacia. O leste da Amazônia -que é contíguo ao Nordeste- terá as consequências mais graves. O período de seca aumentará e o clima mais quente contribuirá para o avanço da vegetação típica do semiárido. Até 2025, a região poderá perder 74% de sua atual área de floresta. Já no sul da Amazônia, pelo menos 30% dessa área de floresta tropical terá sido substituída por cerrado até 2025. Assim como a caatinga, esse tipo de vegetação tem árvores menores, que absorvem menos gás carbônico da atmosfera. Mais carbono no ar, então, contribui para o aquecimento global, expandindo os impactos para o resto do país. No Nordeste, por exemplo, as estiagens devem se tornar ainda mais prolongadas, prejudicando a agricultura e a geração de energia elétrica na região. "É a primeira vez que um trabalho avalia esses abalos [aquecimento global, incêndios e desmatamento] conjuntamente. A situação é grave. Precisamos tomar medidas imediatas", avalia Thomas Lovejoy, presidente do Comitê Científico Consultivo Independente do relatório do Banco Mundial. Embora indique que parte das perdas na Amazônia sejam inevitáveis, o documento propõe ações de reflorestamento como solução. Estudioso da região há mais de 30 anos, Lovejoy afirma que elas são "imprescindíveis" e devem começar pela Amazônia oriental. Para Carlos Nobre, do Inpe (Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais), o reflorestamento é importante, mas insuficiente. "Não adianta nada se os países não diminuirmos as emissões de gases-estufa", diz.

Brasil cai de 34º para 62º em ranking ambiental americano – Janaína Lage – Folha de São Paulo – Ciência – 29/01/2010

O Brasil caiu para o 62º lugar em um índice de performance ambiental elaborado pelas universidades americanas Yale e Columbia. O resultado coloca o Brasil atrás dos EUA, que ocupam o 61º lugar, com bom resultado em indicadores como qualidade de água potável, mas desempenho ruim na emissão de gases-estufa e poluentes. O indicador é revisado a cada dois anos. Na última edição, o Brasil ocupava o 34º lugar. Ainda assim, os pesquisadores afirmam que, comparado outros gigantes emergentes, o Brasil ainda está bem. Países com crescimento econômico acelerado, como China e Índia, estão muito atrás no ranking, e ocupam respectivamente o 121º e o 123º lugares, pressionados por grandes populações, com problemas administrativos e impactados pela extração de recursos naturais. Os pesquisadores afirmam que a renda é um dos fatores determinantes do sucesso da política ambiental, mas destacam que há exceções. Eles citam como exemplo o Chile,

que ocupa o 16º lugar no ranking, muito à frente da Argentina, que está na 70ª posição. O primeiro colocado no ranking deste ano foi a Islândia, com bons resultados em saúde ambiental, controle de gases do efeito estufa e reflorestamento. Os últimos colocados são Togo, Angola, Mauritânia, República Centro-Africana e Serra Leoa. O índice leva em conta informações do Banco Mundial e da ONU, entre outros. Ele reúne dados de 163 países, em 25 indicadores que tratam de temas como saúde ambiental, qualidade do ar, recursos hídricos, biodiversidade, florestas, agricultura e mudanças climáticas.

Coordenador
Sergio Leite

Pesquisadores
Georges Flexor, Jorge Romano, Leonilde Medeiros, Nelson Delgado, Philippe Bonnal, Renato S. Maluf, Lauro Mattei, Ademir A. Cazella e Claudia Job Schmitt

Assistentes de Pesquisa
Karina Kato, Silvia Zimmermann, Catia Grisa e Valdemar João Wesz Junior

Secretária
Diva de Faria

oppa **Observatório de Políticas Públicas para a Agricultura**

cpda Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade UFRJ • Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Endereço: Av. Presidente Vargas, 417 / 8º andar
Centro Rio de Janeiro - RJ CEP 20071-003

Telefone: 21 2224 8577 – r. 214
Fax: 21 2224 8577 – r. 217
Correio eletrônico: oppa@ufrj.br
Site eletrônico: www.ufrj.br/cpda/oppa

Apoio



actionaid



Ministério do Desenvolvimento Agrário

